



Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Humanas  
Departamento de História

LEVY DE OLIVEIRA PORFIRIO

**Tentáculos da repressão no *campus*:  
a atuação da ASI/UnB**

Brasília

2025

LEVY DE OLIVEIRA PORFIRIO

**Tentáculos da repressão no *campus*:  
a atuação da ASI/UnB**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de História  
do Instituto de Ciências Humanas da  
Universidade de Brasília como requisito  
para obtenção do grau de licenciado em  
História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Albene Miriam  
Menezes Klemi

Brasília

2025

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a atuação da Assessoria de Segurança e Informação da Universidade de Brasília (ASI/UnB), órgão de informação responsável pela censura e vigilância da comunidade acadêmica nas dependências da Universidade de Brasília durante a ditadura militar. Analisa-se em maior profundidade suas atividades de coleta de informação e de controle e vigilância da comunidade acadêmica. Dá lastro à abordagem do tema, o resultado de uma pesquisa qualitativa assentada no exame de obras de referência sobre os tentáculos da repressão do regime ditatorial, assim como de dados e informações levantados na documentação do Fundo ASI/UnB. A questão norteadora da pesquisa traduz-se na seguinte interrogação: Como atuava a ASI/UnB dentro da Universidade de Brasília? Subsidiariamente, procura-se identificar o período de atuação deste órgão e seu *modus operandi* no *campus*, e, em particular, entender quais eram seus elos com a Reitoria. A pesquisa constatou que a ASI/UnB atuava no controle político e ideológico da instituição, promovendo atividades de coleta de informações, de censura, de vigilância e de triagem de pessoal através de intervenção no quadro docente e discente da Universidade em cooperação com o quadro administrativo da Fundação Universidade de Brasília com destaque à Reitoria. Por meio da análise da documentação levantada, demonstra-se que as atividades da ASI/UnB se estenderam ao longo do período de 1971 até 1986.

Palavras-chave: Universidade de Brasília; Ditadura Militar; comunidade de informações; assessoria de segurança e informação; ASI/UnB.

## AGRADECIMENTOS

Depois de uma longa pesquisa que durou mais ou menos dois anos tendo que ser conciliada com oito horas de trabalho debaixo do Sol da Ceilândia e com aulas a noite no Plano Piloto, escrever os agradecimentos deste trabalho deveria ser a parte mais fácil. Mas não é. As razões são simples: como expressar em palavras a gratidão e o carinho que as pessoas que estiveram ao seu lado merecem. Talvez seja algo fácil para outros, mas para mim, não o é. Mas o farei, mesmo que os agradecimentos saiam imperfeitos.

Acho que a primeira pessoa a merecer tal honra seja minha mãe, a vóia Valdirene. Se não fosse seus serviços de apoio diário a minha pessoa, que demandaram tanto esforço físico, certamente não teria terminado este trabalho e nem esta graduação. Foi seu cansaço que me permitiu chegar onde cheguei. Aqui fica então meu agradecimento e meu reconhecimento.

Outra mulher que merece um agradecimento é minha futura esposa Raquel Cardoso. Ela sempre buscou elevar minha moral e me motivar a continuar quando eu repetia a mim que era um fracasso. Seu apoio moral e psicológico foi muito importante e significativo. Fica aqui meu agradecimento e reconhecimento.

Não posso esquecer também de deixar um agradecimento e um abraço à professora Albene Miriam Menezes Klemi. Esta pesquisadora de mão cheia sempre me atendeu prontamente e sempre esteve disposta a compartilhar décadas de conhecimento comigo. Ela foi essencial na orientação desse trabalho. Agradeço por seus puxões de orelha que me ajudaram a melhorar como um pesquisador. Deixo aqui, portanto, meus agradecimentos.

Por fim, quero agradecer, de modo geral, a alguns familiares que me apoiaram nesses anos de UnB. Deixo aqui meu abraço para minha Tia Vanessa, a que ficou mais entusiasmada com a matrícula na UnB, e a minha vó materna Elenita, que reza por mim sempre que pode.

À UnB, agradeço a alguns professores que, com suas aulas instigantes, mudaram a minha vida e minha formação para melhor mudando a forma pela qual vejo o mundo. Agradeço pelo esforço em formar um historiador.

De modo geral, esses são meus agradecimentos.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

AAE – Assessoria de Assuntos Especiais

AESI – Assessoria Especial de Segurança e Informação

AJU – Assessoria de Jurídica da Universidade de Brasília

ApAE – Assessoria para Assuntos Especiais

ASI – Assessoria de Segurança e Informação

ASI/Embrapa – Assessoria de Segurança e Informação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ASI/SUDECO – Assessoria de Segurança e Informação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

ASI/UFBA – Assessoria de Segurança e Informação da Universidade Federal da Bahia

ASI/UFES - Assessoria de Segurança e Informação da Universidade Federal Espírito Santo

ASI/UFMG - Assessoria de Segurança e Informação da Universidade Federal Minas Gerais

ASI/UFRJ - Assessoria de Segurança e Informação da Universidade Federal Rio de Janeiro de

ASI/UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ASI/UnB – Assessoria de Segurança e Informação da Universidade de Brasília

ASI/USP - Assessoria de Segurança e Informação da Universidade de São Paulo

CATMV – Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade

CENIMAR - Centro de Informações da Marinha

CIE - Centro de Informações do Exército

CISA - Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica

CMP/11° RM - Comando Militar do Planalto/11° Região Militar

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CODI-DOI - Centro de Operações de Defesa Interna e Destacamento de Operações de Informações

CSN - Conselho de Segurança Nacional

DAC/UnB - Decanato de Assuntos Comunitários da Universidade de Brasília

DAE - Diretoria de Assuntos Educacionais da Universidade de Brasília

DAF - Diretoria de Administração da Universidade de Brasília

DCDP - Divisão de Censura de Diversões Públicas

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

DPF - Departamento de Polícia Federal

DSI/MEC – Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura

DSI/MF - Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Fazenda

DSI/MS - Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Saúde

DSI/Petrobrás – Divisão de Segurança e Informação do Petróleo Brasileiro e da Fazenda

EsNI - Escola Nacional de Informação

FUB – Fundação Universidade de Brasília

LDB – Levantamento de Dados Biográficos (ficha)

MRT – Magnífico Reitor

OI'S – Órgãos de Informação

PB - Pedidos de Busca

PI - Pedidos de Informação

SISNI – Sistema Nacional de Informações e Contrainformações

SNI – Serviço Nacional de Informações

SOC - Seção de Órgãos Colegiados da Universidade de Brasília

SPA - Serviço de Protocolo e Arquivo da Universidade de Brasília

SPP/UnB - Serviço de Proteção ao Patrimônio da Universidade de Brasília

SUSIEM - Subsistema de Informações Estratégicas Militares

UFRGS - Universidade Federal de Rio Grande do Sul

UnB – Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

TENTÁCULOS DA REPRESSÃO NO CAMPUS: A ATUAÇÃO DA ASI/UNB .....	6
INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO 1 O Polvo e seus tentáculos .....	10
1.1 Extensão do sistema de informação ao ambiente acadêmico .....	12
1.2 Os tentáculos da repressão nos <i>campi</i> .....	12
CAPÍTULO 2 A atuação da ASI/UnB .....	20
2.1 Perfil e natureza das ações da ASI/UnB .....	21
2.2 Coleta de informações e atendimento de pedidos de busca e de informação.....	31
2.3 Controle, vigilância e triagem de pessoal.....	35
2.4 Censura a apresentações, reuniões estudantis, circulação de panfletos, palestras e passeatas. ....	38
CAPÍTULO 3 O ocaso da ASI/UnB.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	49
REFERÊNCIAS .....	52
DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE .....	61

## **TENTÁCULOS DA REPRESSÃO NO CAMPUS: A ATUAÇÃO DA ASI/UNB**

### **INTRODUÇÃO**

Quando se fala em Ditadura nas dependências da Universidade de Brasília, geralmente alguns nomes e temas são evocados para lembrar esse fatídico período como, por exemplo, as invasões militares à instituição nos anos 60 e 70, principalmente aquela de 1977 quando a Universidade foi invadida por duzentos militares que prenderam 153 alunos e a ocuparam por várias semanas. Outro tema recorrente é a atuação do movimento estudantil e de seus principais rostos no enfrentamento direto ao Regime. Uma dessas personalidades, o aluno Honestino Guimarães, ficaria eternamente conhecido pela sua oposição e militância pela qual pagaria com a própria vida.

Mas existe um certo tema que é ofuscado, ou até mesmo esquecido, quando essas tristes lembranças são recordadas. Estamos nos referindo a um órgão de informação mantido pela própria UnB que atuou diretamente na censura, na vigilância e na repressão da comunidade acadêmica dentro das dependências da instituição. Este órgão é a “Assessoria de Segurança e Informação da Universidade de Brasília”, a ASI/UnB.

Essa assessoria era um pequeno, mas atuante, “tentáculo da repressão” que, durante mais ou menos quinze anos, atuou dentro da Universidade como um serviço de informação ligado diretamente a um corpo repressivo muito maior: um gigantesco aparato burocrático-estatal de segurança (repressão) e informação (espionagem) que atuava em âmbito nacional e que foi responsável por perseguições, prisões, torturas, assassinatos e ocultações de cadáveres.

A ASI funcionou como um posto avançado do Regime na UnB atuando direta e indiretamente em atividades como

filtragem das contratações de pessoal, barrando a entrada de docentes considerados de esquerda; no controle de manifestações e ações políticas planejadas pelas lideranças estudantis, desde passeatas a shows e solenidades de formatura; na aplicação mais intensa das punições previstas na legislação autoritária, como o Decreto no 477; no controle da circulação internacional dos docentes; e na disseminação de material de propaganda produzido pelo governo (Motta, 2008, p. 37).

Visto isso, o objetivo do presente trabalho é compreender como atuava esse tentáculo da repressão dentro da Universidade a partir da análise da documentação do “Fundo ASI/UnB”. A intenção é identificar as ações da ASI e sua penetração no cotidiano acadêmico desta instituição afim de colaborar com a literatura, que ainda é muito escassa. Além disso, a pesquisa também procura desobscurecer um tema tão relevante e pouco abordado que é essencial para se compreender como o Regime atuava na repressão da comunidade acadêmica dessa instituição.

Para cumprir a proposta, este trabalho realizou uma pesquisa de caráter qualitativo com aplicação do método histórico. Procedeu-se, então, um levantamento bibliográfico nos principais repositórios científicos, como SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Google Acadêmico, além de levantamento de obras físicas em bibliotecas, como a Biblioteca Nacional de Brasília e na Biblioteca Central da UnB (BCE/UnB). Esse levantamento reuniu importantes autores como Rodrigo Patto Sá Motta (2008; 2011; 2014) e Carlos Fico (2001). Além desses dois grandes nomes, um dos autores mais importantes para a escrita desse trabalho foi Paulo Parucker (2013; 2015a; 2015b). Seus trabalhos são os únicos na literatura que focalizam a análise histórica no caso específico da ASI/UnB. O levantamento bibliográfico não encontrou outros. Sem sombra de dúvida, esses autores são as principais referências desta pesquisa não excluindo, é claro, a importância de outras.

Também se procedeu um levantamento documental, que forneceu as principais fontes primárias deste trabalho. A pesquisa se deu no chamado “Fundo ASI/UnB”,<sup>1</sup> hoje sob posse do Arquivo Nacional. Esse fundo foi produzido pelo próprio órgão durante seus quinze anos de funcionamento. Os documentos foram levantados nesse acervo a partir de dois modos: primeiro, a partir da leitura dos trabalhos de Parucker (2013; 2015a; 2015b) e da CATMV (2015), que referenciavam os papéis utilizados em suas pesquisas. Nesse

---

<sup>1</sup> O “Fundo ASI/UnB” antes estava sob posse do Centro de Documentação da Universidade de Brasília (CEDOC/UnB) até 2008 quando o Arquivo Nacional, em obediência ao decreto federal nº 5.584 de 2005, começa a reunir os “arquivos da repressão” como parte de um processo mais amplo de justiça de transição. Os documentos chegaram às mãos do CEDOC em 1990 pela Procuradoria Jurídica da UnB, que guardava os papéis para a confecção de um relatório com o objetivo de iniciar os procedimentos judiciais de reintegração de professores, alunos e técnicos-administrativos excluídos do quadro da instituição em decorrência de perseguições políticas. Os arquivos foram encontrados em 1986 pela professora do Departamento de História da UnB Geralda Aparecida Dias, ex-aluna e perseguida política do regime. Veja Dibrarq (s.d) e Parucker (2015a; 2015b)

caso, procedeu-se uma seleção desses documentos durante a leitura e análise das obras e posteriormente elas foram localizadas no Fundo ASI/UnB e analisadas por este trabalho. A segunda forma de levantamento ocorreu diretamente dentro do Fundo ASI. Procedeu-se a consulta a cada *nível* do acervo analisando arquivo por arquivo e os selecionando para formar o *corpus* documental deste trabalho.

Os documentos foram selecionados a partir dos seus nomes de identificação, de suas descrições (disponibilizadas pelo Arquivo Nacional) e da análise do conteúdo de suas páginas. Foram selecionados aqueles documentos que, de alguma forma, poderiam elucidar como atuava a Assessoria no controle, vigilância, censura e triagem de professores e alunos. Em razão da temática do trabalho se debruçar sobre a atuação da ASI/UnB quando esta funcionava *oficialmente* na instituição, optou-se por adotar um recorte temporal de 1971 a 1986 (criação e extinção, respectivamente). Documentos anteriores a esse período foram desconsiderados e só analisados em casos pontuais.

A intenção inicial era limitar a pesquisa a esse Fundo, mas, com o aprofundamento da pesquisa, foi necessário ampliar a busca para outros fundos documentais, como aqueles custodiados pelo Arquivo Nacional ou pelo Arquivo Central da UnB (ACE/UnB). A pesquisa nos fundos do Arquivo Nacional se deu no Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN) pelas ferramentas de busca do próprio portal. Nesse caso, utilizou-se, para a busca, palavras-chaves como “ASI/UnB”, “ApAE”, “AAE/UnB” e demais acrônimos e sentenças que pudessem se relacionar a ASI/UnB.<sup>2</sup>

No caso da ACE/UnB, a pesquisa se deu por meio de solicitações pontuais via e-mail à equipe responsável pela custódia dos arquivos. Alguns desses papéis estão disponibilizados no *Atom* (ferramenta de pesquisa online do Arquivo Central) e outros ainda não foram nem descritos/catalogados necessitando de uma solicitação formal para consulta.

Não foi somente as fontes que tiveram seu escopo ampliado. Também se ampliou os objetivos. No início dos trabalhos, a intenção era somente compreender *como atuava*

---

<sup>2</sup> Usou-se na pesquisa os acrônimos ASI, ApAE, AAE e AESI com ou sem termo “UnB”. Também se usou o nome corrido como “Assessoria de Assuntos Especiais”, “Assessoria para Assuntos Especiais” com e sem o acrônimo “UnB”. Todos esses termos e siglas pertenceram à ASI/UnB. Ao longo de quinze anos de funcionamento, ela teve nomes diferentes. O termo “ASI/UnB” foi o seu último. Mais à frente, este trabalho detalhará essas informações.

a ASI/UnB dentro da instituição. Mas, em razão da sugestão feita pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV) sobre a possível atuação da ASI/UnB até 1987, foi preciso não só compreender a sua atuação, mas também compreender *até quando* ela atuou.

Visto isso, para se cumprir a missão, o trabalho se dividiu nesta introdução e em mais três capítulos. No primeiro, compreender-se-á como se deu o “nascimento” desse gigantesco aparato repressivo que atuou na Ditadura Militar. É aqui que se abordará o surgimento da estrutura que deu origem às divisões de segurança e informação e às várias assessorias universitárias, que estavam presentes no cotidiano das universidades federais e estaduais. É, ainda, nas linhas deste capítulo que será delineado o objeto deste trabalho, a ASI/UnB.

O segundo capítulo se debruçará sobre a atuação da ASI. É nele que se compreenderá que tipos de serviços e a natureza das ações que eram executadas por seus servidores. O tema será desenvolvido em quatro tópicos sendo que o primeiro abordará questões preliminares essenciais para se compreender a sua atuação e os outros três descrevem os pormenores das atividades executadas. O terceiro e último não focará na atuação da ASI/UnB, mas se concentrará em compreender *até quando ela atuou*. Esse capítulo é dedicado a narrar o ocaso da ASI, ou seja, seu declínio e extinção nos anos de 1980 e a responder a provocações feitas pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade, que ensejaram, como mencionado acima, uma ampliação dos objetivos desse trabalho.

Nas considerações finais, faz-se um esforço para sintetizar os resultados obtidos até ali além de apresentar uma nova perspectiva de pesquisa que poderá abrir novas oportunidades para se compreender com mais detalhes como ocorreu a vigilância e a espionagem dentro da UnB.

## CAPÍTULO 1

### O Polvo e seus tentáculos

O golpe civil-militar que findou o período da experiência democrática no Brasil e instaurou a Ditadura ocorreu em 1964, quando subiu ao poder o General Castelo Branco. Três anos mais tarde, em 1967, o grupo político-militar de oposição à Castelo, chamado de “linha-dura”<sup>3</sup>, ascende ao poder com a eleição do Presidente Costa e Silva. Esse grupo era formado por militares mais radicais que defendiam o fechamento do Congresso e o aprofundamento da limpeza política (já instituída nos primeiros dias do Regime) com a cassação de mandados e expurgos de servidores públicos e militares (Fico, 2001).

Agora vitoriosos e com o poder do Executivo, a linha-dura passou a intensificar<sup>4</sup> um projeto político-estatal permanente de “caça às bruxas” com a finalidade de promover uma limpeza política. Para conquistar esse objetivo, esses militares reformularam todo o sistema de segurança e informação até então existente e criaram, assim, um sistema de vigilância e repressão nunca antes visto na história do Brasil. O grupo não criou somente um sistema de informação capaz de alimentar o Presidente da República com dados essenciais e estratégicos para a tomada de decisões. mas também um sistema que era capaz de atingir intensamente a esfera particular da vida dos cidadãos. Essas informações

---

<sup>3</sup> Fico (2001) nos diz que a dicotomia “moderados” e “duros” é uma classificação limitada porque muito dos “moderados” apoiavam ou viam a tortura como “um mal menor” mesmo sendo da linha mais moderada. Já os duros, que se julga serem apoiadores da tortura, poderiam adotar posições contra essa prática. Portanto, essa dicotomia é limitante na análise dos militares. Essa classificação também não serve para compreender o perfil dos militares que faziam parte da Comunidade de Informações pois existiam diferenças naqueles que só integravam o quadro pessoal e aqueles que o integravam e ainda apoiavam o Regime. Não é certo então dizer que todos aqueles que integravam a Comunidade de Informação eram somente os da linha dura, os militares mais radicais. Fico sugere uma análise mais complexa levando em conta mais critérios qualitativos, alguns de natureza política, para compreender melhor a pluralidade de posicionamentos políticos. De qualquer forma, mesmo com os evidentes problemas do conceito, Fico o utiliza (fazendo as devidas observações) para designar um grupo político-militar que se aglutinaria em torno de Costa e Silva, um dos principais opositores de Castelo Branco. Este, mais legalista e moderado (hoje essa conceituação da posição dele é questionável), tentava frear as ações persecutórias da linha dura. Esse grupo, nesse sentido, deu muito “trabalho” em seu governo com sua sede de intensificar o projeto de limpeza política, o que Castelo era contra. O militar teve que lidar com o aumento de casos de arbitrariedades praticados por esses militares dentro do governo e ainda obstar a criação de uma polícia política, o que causaria mal-estar e enfraqueceria sua posição. Veja Fico (2001)

<sup>4</sup> O uso do verbo “intensificar” não é por acaso. A “caça às bruxas” foi inaugurada assim que a Ditadura foi instaurada em abril de 1964 com alguns expurgos ocorrendo já nos primeiros dias do Regime. Mas esses expurgos iniciais não foram suficientes para agradar os anseios punitivos de grupos mais “radicais” se intensificando no governo de Costa e Silva (Fico, 2001; Motta, 2014).

seriam utilizadas para alimentar uma polícia política que reprimiria os opositores de forma implacável (Fico, 2001).

É nesse momento, portanto, que o Regime passa a monitorar parcela considerável da sociedade por meio dos seus serviços de inteligência, denominados pela literatura como “comunidade de informações”<sup>5</sup>. Faziam parte dessa estrutura órgãos federais como o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e a Polícia Federal.

Esse grande aparato de repressão começou a tomar corpo a partir de 1967 e definitivamente em 1971, quando os sistemas de informação e segurança são reformulados. É nesse contexto, portanto, que nasce<sup>6</sup> o “Polvo”, um gigantesco aparato burocrático-estatal de segurança (repressão) e informação (espionagem) muito bem organizado com atuação em nível nacional capaz de exercer uma presença e um controle muito forte na vida pessoal e política dos sujeitos. E esse grande polvo exercia sua vigilância e seu controle por meio de vários “tentáculos”, que se espalhavam por toda a sociedade, vigiando e reprimindo qualquer ato considerado subversivos aos olhos do ideal militar.

Esses “tentáculos da repressão” alcançaram vários âmbitos da sociedade como atividades artísticas, culturais e recreativas (espetáculos, shows, músicas, livros, imprensa e tv), que eram censurados por meio da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP). Também estiveram presentes na vida política por meio dos Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI), juntamente com variados órgãos de segurança e informação como CIE, CENIMAR e muitos outros responsáveis por prender, torturar, assassinar e ocultar cadáveres de opositores políticos. Essa repressão também esteve presente na esfera educacional.

---

<sup>5</sup> Pode ser definida como um conjunto de órgãos federais, regionais e locais estruturados em uma grande “teia” de abrangência nacional com o objetivo de coletar, produzir e difundir informações entre seus membros com intuito de fornecer às lideranças militares os melhores dados para sua tomada de decisões (Ishaq; Franco; Sousa, 2012; Fico, 2001).

<sup>6</sup> “Tais sistemas não foram ‘inventados’ pelo regime, em alguns casos, se amparou em experiências preexistentes, os da espionagem e da censura. Porém, é certo que os reinventou, criando estruturas que seriam copiadas até mesmo fora do Brasil, como se deu com os sistemas de segurança” (Fico, 1997 apud Fico, 2007, p. 199). A nova reinvenção deu uma cara completamente nova aos aparatos que já existiam antes de 1964 e até mesmo antes de 1971, quando há outra reformulação que cria novos “tentáculos” como as DSI e as ASI.

## 1.1 Extensão do sistema de informação ao ambiente acadêmico

A comunidade acadêmica não ficou isenta de vigilância e controle. O Ministério da Educação e Cultura (MEC) foi alvo do controle ideológico e político do Regime. O MEC tinha, em seu organograma, um conjunto de órgãos especializados que faziam parte do Sistema Nacional de Informações e Contrainformações (SISNI). Esses órgãos eram conectados entre si à semelhança de uma malha que se espalhava do nível federal ao nível local, atuando na coleta e rastreamento de dados, cobrindo todas as universidades federais do país.<sup>7</sup> Essa malha tinha como epicentro o Serviço Nacional de Informações (SNI).

Essa rede era composta por uma Divisão de Segurança e Informação (DSI) que chefiava dezenas de Assessorias de Segurança e Informação (ASI) presentes nas universidades federais e estaduais. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta,

No âmbito das Universidades, as AESI [ASI] foram criadas a partir de janeiro de 1971, após o Ministério da Educação e Cultura ter aprovado seu Plano Setorial de Informações. Poucos dias após a aprovação do Plano, a DSI do MEC mandou ofício circular às Universidades acompanhado da documentação relativa à criação das AESI, em que recomendava nomeação do chefe responsável em prazo de 10 dias. (Motta, 2008, p. 35).

Em resumo, esses órgãos de informação foram um dos principais tentáculos da repressão que atuaram dentro dos *campi* vigiando, espionando e reprimindo a comunidade acadêmica (Motta, 2014).

## 1.2 Os tentáculos da repressão nos *campi*

O processo de surgimento das Divisões de Segurança e Informação e de suas assessorias iniciou-se em 1967 a partir de reformulações de um aparato já existente. Segundo Ishaq e Franco (2011), esses órgãos foram criados com o objetivo de manter a Administração Pública e seus servidores a salvo de elementos subversivos. Essas entidades atuavam em ministérios, autarquias, fundações e empresas estatais vinculadas ao Poder Executivo com a missão de vigiá-los. Nesse caso, dentro de cada pasta ministerial existia um órgão central de informação, uma DSI, que se ramificava em várias assessorias de segurança e informação de modo a cobrir vários setores daquele da pasta. Sendo assim, dentro de cada pasta ministerial, poderia haver várias assessorias subordinadas a uma única DSI (Fico, 2001).

---

<sup>7</sup> De acordo com a regra, esses órgãos de informação deveriam existir só nas universidades federais. Mas algumas universidades estaduais também aderiram ao controle (Motta, 2014).

Essas Divisões de Segurança e Informação surgiram a partir das “seções de segurança nacional”, que eram órgãos subordinados ao Conselho de Segurança Nacional (CSN) incrustados nos ministérios e que, naquele momento, estavam desativados. Em 1969 e 1971, com as novas modificações, essas seções foram reativadas e não ganharam somente um novo nome mas também novos poderes, além de saírem do escopo do CSN para a coordenação e supervisão do SNI. Apesar de responderem a ele, as DSI eram também subordinadas aos ministros das suas respectivas pastas. Mas essa dupla subordinação gerou muitos atritos já que, por vezes, as Divisões passaram a interferir por demais nas decisões ministeriais. (Fico, 2001). Já as Assessorias de Segurança e Informação (ASI) só foram criadas em 1971 juntamente com novas formulações que criariam o SISNI.

As DSI e suas assessorias formavam os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis. Em cooperação com outras redes, como os "Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares", o "Subsistema de Informações Estratégicas Militares" (SUSIEM) e outros órgãos setoriais, formavam o Sistema Nacional de Informações e Contrainformações (SISNI), mais conhecido pela literatura com a “comunidade de informações”. O SNI, órgão central do sistema, era incumbido de coordenar, fiscalizar e supervisionar em âmbito nacional essa gigantesca rede de espionagem.

Em levantamento empreendido pelo Arquivo Nacional, foram catalogadas 249 divisões e assessorias nos ministérios civis (Ishaq, Franco, 2012). Menciona-se, a título de exemplo, a Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Saúde (DSI/MS), do Petróleo Brasileiro (DSI/Petrobrás) e da Fazenda (DSI/MF)<sup>8</sup>, mas a maior e a principal, segundo Motta (2014), foi a Divisão de Segurança e Informação que atuou dentro do Ministério da Educação, a DSI/MEC.<sup>9</sup>

Os tentáculos da DSI/MEC instalados na pasta da educação são designados, de forma genérica, por “assessorias universitárias”, criadas entre 1971 e 1973. A literatura

---

<sup>8</sup> Os acervos das DSI da Saúde, da Petrobrás, e da Fazenda estão hoje sob custódia do Arquivo Nacional (Dibraq, [s.d]a). Alguns desses fundos estão incompletos. O acervo da DSI/MF, por exemplo, só tem um arquivo com 84 páginas.

<sup>9</sup> O acervo da DSI/MEC ainda está desaparecido segundo informações obtidas em 8 de outubro de 2024 em visita ao Arquivo Nacional junto ao Chefe da Divisão de Acesso e Difusão do Acervo do Arquivo Nacional, o Sr. Pablo Franco.

sobre o tema geralmente se refere a esses órgãos como as “Assessorias de Segurança e Informação” sob o acrônimo de “ASI”. Mas, ao longo dos seus quinze anos de funcionamento, esses órgãos também ganharam outros nomes como Assessoria para Assuntos Especiais (ApAE), Assessoria de Assuntos Especiais (AAE) e Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI). Nesse trabalho, optou-se pela designação de “ASI”.

De modo geral, o objetivo desses órgãos era

[...] de um lado, o monitoramento do movimento de oposição, estudantil sobretudo, com vistas à sua eliminação. De outro lado, o objetivo era impor espesso controle ideológico que buscava identificar críticas à ordem ou comportamentos alternativos, fossem políticos, artísticos, no campo da droga ou do sexo, como algo sempre associado à subversão (Parucker, 2013, p. 16).

Segundo levantamento de Ishaq e Franco (2011), existiram 34 desses órgãos presentes nas universidades como, por exemplo, nas federais da Bahia (ASI/UFBA), do Rio de Janeiro (ASI/UFRJ), de Minas Gerais (ASI/UFMG) e do Espírito Santo (ASI/UFES) e estaduais como a Universidade de São Paulo (ASI/USP).<sup>10</sup> Existiu uma assessoria até no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Mas a que nos interessa é a Assessoria de Segurança e Informação da Universidade de Brasília, a ASI/UnB.<sup>11</sup>

Esta foi uma das primeiras a ser criada. Instituída pelo reitor Caio Benjamim Dias, em 01 de fevereiro de 1971, pelo Ato da Reitoria n° 102 (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0018), atuou por mais ou menos quinze anos até ser extinta em 1986. Embora implantada nesse período, as informações levantadas na documentação demonstram que ela já funcionava de modo informal antes de 1971 conforme atestam vários documentos encontrados referentes a períodos anteriores a sua institucionalização, como já sugerido pelos conceituosos trabalhos de Aparecida (1998) e de Motta (2011; 2014). Isso pode ser observado no Ofício Confidencial n°

---

<sup>10</sup> Segundo o site do Diretório Brasil de Arquivos (DIBRARQ, [s.d]) do Arquivo Nacional, o Fundo da ASI/UFBA está hoje sob posse da própria universidade e ainda está desorganizado. Já o da ASI/UFMG está sob posse do Arquivo Nacional.

<sup>11</sup> Existe uma discrepância pequena entre os principais autores sobre a quantidade de assessorias universitárias existentes. Motta (2008) cita 33 assessorias. Posteriormente, em outro trabalho, cita a existência de 35 (2014). Já Ishaq e Franco (2011) citam a existência de 34. Para este trabalho, optou-se pela última em razão da quantidade de acervos que o Arquivo Nacional tem a sua disposição para a análise.

205/SI/02/DSI/MEC/71 de 5 de março de 1971, no qual a DSI informava ao reitor da UnB, Amadeu Cury, que via

com grande simpatia a designação do Dr. Joselito, que, em várias ocasiões, por indicação dessa Reitoria, prestou colaboração à DSI/MEC, no setor de segurança e informações, demonstrando sempre alta noção de responsabilidade, capacidade funcional, lealdade e espírito de iniciativa (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0018, p. 4).

O ofício deixa claro que Joselito Eduardo Sampaio,<sup>12</sup> primeiro chefe da ASI designado em 1971, já prestava serviços como assessor aos órgãos de informação antes de ser oficialmente nomeado para o cargo. Mas o caso da UnB não é único. Na realidade, segundo Motta (2014), isso já ocorria em outras universidades como é o caso, por exemplo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde o Coronel Natalício da Cruz Corrêa já exercia a função de assessor desde 1968 e só deixou o cargo em 1979, quando a ASI foi extinta.

O interessante e, ao mesmo tempo, peculiar da ASI/UnB e também de outras assessorias universitárias é que elas foram instaladas dentro da universidade como um órgão auxiliar integrado à Reitoria, o que difere de outros órgãos de informação como a Polícia Federal ou o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) por exemplo, que não mantinham órgãos vinculados dentro das universidades. Ou seja, operavam dentro das *campi*, mas depois se retiravam para suas instituições de origem.

Portanto, a designação “assessoria” não era por acaso. A ASI e suas congêneres funcionavam como uma espécie de “departamento” embutido nas reitorias e formalmente subordinadas ao reitor com a função de assessorá-lo em assuntos acadêmicos de segurança. Não só assessorar como também supervisionar a universidade para o SNI. Essa dupla função, em alguns casos, acabou gerando atritos entre o reitor e o assessor. Há casos documentados, segundo Motta (2014), de reitores que tiveram atritos com chefes de ASI que interferiam demais em suas funções. Esse não parece ser o caso da ASI/UnB. A análise documental não constatou nenhum atrito entre o reitor e seus assessores. Ao que parece, a relação mantinha uma boa sintonia.

---

<sup>12</sup> Joselito Eduardo Sampaio foi o primeiro chefe da ASI/UnB quando esta foi criada em 1971. Ele ficou a frente do setor de 1971 a 1973, quando foi devolvido para a Câmara Federal. Joselito acumulava dois cargos: era servidor da Câmara e professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Deu aula no colégio Elefante Branco. É brevemente citado no livro de Miguel Joaquim Bezerra, ex-agente da ASI (Ver Bezerra, 2012). O ex-chefe da ASI faleceu em 2002 (Instituto Bem Viver [s.d]).

Apesar de serem órgãos pertencentes à comunidade de informações, as assessorias eram mantidas com recursos das universidades (Motta, 2011; 2014). Isso também se aplica à ASI/UnB. Ela era mantida com recursos materiais e com servidores da Fundação Universidade de Brasília (FUB) (Aparecida, 1998; Parucker, 2015a). É, portanto, a partir da FUB, que nasce esse tentáculo da repressão.

É difícil saber se, de alguma forma, a Assessoria teve uma espécie de “ajuda de custo” oriunda de fora da universidade. Ao que parece, toda a atuação era de fato financiada com recursos da própria UnB. O pedido de acesso à informação solicitado à UnB para identificar informações relativas aos recursos financeiros e a sua origem não teve ressonância pois a universidade informou que, após busca extensa, não foi identificado, no sistema de controle financeiro da FUB, nenhum documento relativo à ASI/UnB.<sup>13</sup> Essa ausência é, no mínimo, estranha já que, no Fundo ASI/UnB, existem vários expedientes<sup>14</sup> que destinavam recursos da FUB à Assessoria utilizando o código identificador/Centro de Custo “AAE - 0141”.<sup>15</sup>

Sobre sua localização, em regra geral, essas assessorias eram instaladas dentro das próprias universidades anexada à reitoria, mas em alguns casos, poderiam ter instalações próprias como foi o caso da ASI/UFBA, que funcionou em uma residência fora do *campus* (Motta, 2011; 2014). Isso se dava em razão desta universidade não concentrar seus institutos e faculdades em um só lugar, mas espalhados pela cidade em consonância com a estrutura urbanística da universidade.<sup>16</sup>

---

<sup>13</sup> Pedido de informação nº 23546.056775/2025-34, solicitado em 1º de junho de 2025 pelo Portal Fala BR à UnB, solicitou informações gerais sobre o referido Centro de Custo AAE – 0141 como data da criação e de sua extinção bem como outras informações cadastrais pertinentes. O pedido foi respondido no dia 27 de julho de 2025. Nela, a UnB informou que não encontrou nenhuma informação e nenhum documento do referido Centro de Custo na Diretoria de Processos Organizacionais do Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional, na Secretaria dos Órgãos Colegiados e no Arquivo Central (Brasil, 2025). É como se o Centro de Custo da ASI nunca tivesse existido na FUB.

<sup>14</sup> Ver, por exemplo, BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0105 e BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0132

<sup>15</sup> As informações obtidas a partir do levantamento documental constatou que o “Centro de Custo AAE – 0141” era o código de identificação utilizado pelo setor financeiro da FUB para identificar a ASI/UnB no seu sistema de administração financeira. Foi frequentemente utilizado nos documentos relativos à prestação de contas.

<sup>16</sup> A UFBA se difere de outras universidades por não tem um *campus* com suas partes centralizado e concentrado em uma única localização. Muitas das suas unidades são espalhadas pela cidade e lotadas em casas.

A ASI/UnB segue o padrão geral já que foi instalada dentro da própria Reitoria junto com outros setores da Administração Superior da Universidade. Essa localização privilegiada dava ao reitor acesso imediato que precisava para exercer as atividades de controle político que eram de sua obrigação de modo que o assessor e o reitor se mantivessem bem próximos de forma que visitas ao gabinete do reitor pudessem ser recorrentes.

Inicialmente, o primeiro endereço da ASI corresponde ao endereço da Reitoria quando esta funcionava na atual Faculdade de Educação até 1974. Nesse prédio, ela foi instalada dentro da Assessoria Jurídica (AJU) de modo ainda improvisado com divisões de madeira, que não oferecia o ambiente seguro necessário para as ações sigilosas às quais era incumbida. Em novembro de 1971, ganhou um espaço próprio ainda na AJU que já fornecia um ambiente seguro para suas ações (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0160, p. 1). Só em 1974, com a transferência da Reitoria para o prédio que é hoje sua sede,<sup>17</sup> que a ASI ganhou o endereço definitivo até sua “morte” nos anos 80.<sup>18</sup>

Seus agentes não foram recrutados de órgãos de informação. Na realidade, eram, de fato, servidores da FUB. Miguel Joaquim Bezerra,<sup>19</sup> que serviu nos quinze anos de funcionamento da ASI, por exemplo, foi escriturário da FUB. Os advogados da Assessoria Jurídica que a chefiaram também tinham seus salários pagos pelas contas da Universidade.

---

<sup>17</sup> A partir de consultas verbais aos seus servidores da Reitoria, que ainda têm lembranças dos colegas da AJU e da ASI como Francisco Pedro e Miguel Joaquim Bezerra, pude constatar que a AJU residia no que hoje se localiza a Seção de Órgãos Colegiados (SOC) da Diretoria de Administração (DAF) no 2º andar. Em algum momento, a AJU, foi absorvida pela Advocacia Geral da União (AGU) e transferida para o Bloco de Salas de Aula Eudoro de Souza (BAES) ganhando o nome de Procuradoria Federal (PF/UnB). A sala da ASI hoje não existe mais, pois foi desmontada em razão de reorganizações administrativas. Segundo a lembrança desses servidores, a sala se localizava no canto esquerda do setor do SOC beirando a janela com vista para o estacionamento da BCE.

<sup>18</sup> Ver BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0055 p. 4; BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0081 p. 1; e BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0177 p. 12 e p. 5

<sup>19</sup> Miguel Joaquim Bezerra, que ainda está vivo, é atualmente procurador aposentado pela FUB e foi admitido na UnB em 1971 no cargo administrativo mais baixo e aposentou nos anos 90. A CATMV o convidou para prestar depoimento, mas ele negou. Em 2012, produziu um livro chamado “A cartilha: UnB – 50 anos com Brasília” sobre a história da UnB. Nessa obra, ele escreveu uma autobiografia que cita sua passagem pela Assessoria Jurídica e também vários personagens presentes da história da ASI/UnB. É por meio da sua descrição que pudemos conhecer mais de perto figuras como Joselito Eduardo Sampaio e Francisco Pedro, ambos chefes do ASI/UnB. Embora oculte sua atuação na ASI em seu livro, ele serviu ali durante quinze anos. Ver Bezerra (2012).

Vale salientar, no caso da UnB, que os chefes da Assessoria foram todos civis. Mas esse não é o caso de outras universidades. Segundo Motta (2014), nas assessorias universitárias, atuaram tanto civis como também militares sendo difícil definir a proporção. No caso da UnB, o primeiro chefe foi Joselito Eduardo Sampaio, que assumiu em 1971. Ele foi advogado da Assessoria Jurídica (AJU)<sup>20</sup> e servidor emprestado da Câmara dos Deputados de 1969 a 1973,<sup>21</sup> quando foi devolvido (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0018, p. 2). Depois de Joselito, a Assessoria ficou sem chefia por cerca de um ano até que, em 1974, Francisco Pedro de Oliveira,<sup>22</sup> servidor da FUB desde 1962 e também advogado da AJU, assumiu a chefia da ASI até seu fim nos anos 80. O mais próximo que a UnB chegou de ter um militar chefiando sua assessoria foi quando o famoso reitor José Carlos de Almeida Azevedo exerceu a chefia interina e temporária do órgão entre 1973 a 1974.<sup>23</sup> Nesse momento, José Carlos Azevedo era oficial da Marinha e vice-reitor de Amadeu Cury.<sup>24</sup>

Para sintetizar este capítulo, a ASI/UnB era um dos tentáculos de um corpo repressivo muito maior, o qual o chamamos aqui de “Polvo”. Essa assessoria foi um posto

---

<sup>20</sup> A AJU é hoje a Procuradoria Federal da UnB (PF/UnB).

<sup>21</sup> A data de devolução de Joselito para a Câmara dos Deputados não consta em nenhum documento do Fundo ASI/UnB. Na realidade, ela foi obtida a partir de um pedido de acesso à informação solicitado a Câmara. O pedido de acesso à informação nº 2024112400000002, enviado à Câmara dos Deputados em 9 de outubro de 2024 por meio digital, solicitou informações referentes a datas de provimento e vacância bem como os cargos que Joselito exerceu na Câmara. A solicitação foi respondida em 27 de dezembro de 2024 e informava que, dentre outras informações, Joselito foi nomeado a um cargo comissionado naquela instituição em 1973. A partir desse fato, depreende-se que foi por essa razão e nesse mesmo ano que Joselito deixou seu cargo de assessor de segurança na UnB. Ver Brasil, 2024.

<sup>22</sup> Francisco Pedro de Oliveira foi admitido na UnB em 1962. Atuou em vários cargos dentro da Fundação, mas, nos anos 70, foi admitido como advogado. Quando aposentou, na década de 1990, ele, juntamente com outros aposentados, fundou a Associação dos Aposentados da FUB (APOSFUB), que tem espaço próprio dentro da UnB e ainda atua prestando auxílio aos servidores aposentados. Francisco foi por muito tempo, presidente dessa associação. Foi convidado para prestar depoimento sobre sua atuação como chefe da ASI pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade, mas negou o convite. “Chico Pedro”, como era conhecido, faleceu em 2019. A APOSFUB, a qual fundara, ainda hoje expõe seu retrato em uma das paredes do rol de entrada. Sabe-se muito dele em razão do mesmo ter produzido uma autobiografia em um título que ele mesmo organizou intitulado “Memórias Indeléveis”, que dispõe de um conjunto de biografias sobre os fundadores da APOSFUB. Sobre o assunto, ver Anafe (2019), Oliveira (2016) e CATMV (2015).

<sup>23</sup> A literatura nos informa que a ASI/UnB só foi chefiada por dois servidores. Mas a análise documental que comparou as assinaturas de várias respostas a pedidos de busca da DSI de 1974 (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0064) com documentos de autoria do reitor como, por exemplo, o C. Fub nº 014/74 de 21 de maio de 1974 (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0038) constatou que ele atuou como um chefe “*pro tempore*” durante esse período.

<sup>24</sup> José Carlos de Almeida Azevedo foi vice-reitor de Amadeu Cury de 1968 a 1976. Como reitor, exerceu a função de 1976 a 1985.

avançado do Regime, que exercia as funções de vigilância, censura e controle político dentro da UnB.

## CAPÍTULO 2

### A atuação da ASI/UnB

As assessorias universitárias funcionaram como uma instância de auxílio à administração superior das universidades com objetivo de assessorar os reitores em assuntos relativos à segurança. Esse era de fato um dos principais objetivos, mas não o único. Além da função de aconselhar, a missão das assessorias era atuar na censura, vigilância e repressão de toda a comunidade. Essa era sua maior e primordial função, motivo pelo qual existia.

É necessário deixar claro que a “*repressão*”, no caso das assessorias universitárias, limita-se à censura e ao controle ideológico. Outras formas de repressão, como prisão e tortura sofridas por membros da comunidade estudantil, foram praticadas por outras entidades como o CODI/DOI e o CENIMAR. Em regra, o objetivo das assessorias era atuar como órgãos de informação. Portanto, não exerciam o poder de polícia e eram determinadamente proibidas de se envolverem em operações ostensivas, o que poderia expor suas ações de caráter sigiloso (Motta, 2008; 2014). Portanto, tinham incumbência, de alguma forma, de monitoramento.

Apesar da regra, algumas ASI's tiveram sua atuação mais ostensiva quebrando o sigilo e expondo suas ações como, por exemplo, no caso da ASI da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (ASI/UFRN). O seu titular, Adriel Cardoso, foi denunciado, por alunos e professores, ao jornal “Tribuna do Norte”, que publicou uma série de reportagens que denunciavam as censuras e as intervenções políticas sendo acusado de implantar clima de terror na universidade (Motta, 2011). No caso da UnB, não se conhece nenhuma ação ostensiva ou o uso do poder de polícia por parte dos seus servidores.

Mas se as assessorias não eram conhecidas por uma atuação policial ostensiva, ficariam conhecidas por, segundo Motta (2008; 2014), coletar informações, atender a Pedidos de Busca (PB) e a Pedidos de Informação (PI), além de exercerem o controle, a vigilância e a triagem de pessoal através da intervenção no quadro docente e discente e manter vigilância sobre o movimento estudantil e sobre qualquer outra articulação política. Também exerciam a censura a apresentações, reuniões estudantis, circulação de panfletos, palestras, passeatas etc.

De forma geral, todas as assessorias atuaram sob o mesmo *modus operandi*. Mas, nesse trabalho, compreenderemos mais sobre essas ações a partir do caso da ASI/UnB.

## 2.1 Perfil e natureza das ações da ASI/UnB

Antes de discorrer propriamente sobre a atuação da Assessoria, é necessário compreender o perfil e a natureza das ações que eram executadas pelos servidores da ASI.

A ASI/UnB era um órgão de informação por excelência. Isso significa que ela executava sua atividade de vigilância e espionagem interligada a uma rede. Em um relatório de Joselito Eduardo Sampaio sobre suas atividades, é relatado que os principais “clientes” eram a DSI/MEC juntamente com o Comando Militar do Planalto/11° Região Militar (CMP/11° RM), o SNI e o Departamento de Polícia Federal (DPF) (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0160). Mas sua descrição sobre essas conexões é, no mínimo, humilde. Na realidade, Assessoria era parte integrante e ativa de uma estrutura muito mais extensa que se ligava direta e indiretamente a *toda* uma operação que abrangia o território nacional (CATMV, 2015; Parucker, 2015a; 2015b). Isso fica evidente no Encaminhamento nº 5885/SS1/DSI/MEC, de 14 de dezembro de 1973 que informava que a DSI/MEC era ligada a

“[...] todas as Universidades Federais, Estaduais, Municipais e Particulares, bem como aos Órgãos da Administração Direta e outros da Administração indireta do MEC, e aos Órgãos de Informações do mesmo nível e superiores, *numa atividade que abrange o território nacional.*” (BR\_AN\_BSB\_AA1\_LGS\_031, p.3, grifo meu).

O “Caso dos roubos das fitas das embaixadas”, encontrado no Fundo ASI/UnB, evidencia isso. Nos meses de novembro a dezembro de 1974, o CISA, o Comando Militar do Planalto e o DOPS, iniciaram uma investigação sobre um sujeito que visitara várias embaixadas em Brasília se identificando como o diretor do Departamento de Antropologia da UnB, que, naquele momento, não existia. Nessas embaixadas, ele apresentou cartas com carimbos e timbres falsos para obter irregularmente o empréstimo de um conjunto de filmes que seriam utilizados para um debate sobre a cultura desses países. O falsário conseguiu o empréstimo e desapareceu com filmes (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0064 p. 71-78 e BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AJD\_0033 p. 33).

As embaixadas, posteriormente, enviaram reclamações para a UnB cobrando a devolução das cópias. O reitor, ao tomar conhecimento do falsário, comunicou a ASI, que relatou o ocorrido à DSI. Esta, por vez, difundiu a informação na comunidade de informações fazendo com que a rede iniciasse uma investigação em conjunto com o objetivo de identificar o falsário e localizar os filmes.

Apesar de não ser um caso espetacular, o que chama a atenção é o envolvimento coletivo dos órgãos. Estes empreenderam um trabalho cooperativo para investigar e levantar as informações necessárias para identificar o falsário. Ou seja, o problema das fitas não foi tomado como um caso isolado ou com um problema da UnB. Na realidade, os órgãos se “levantaram” e atuaram conjuntamente na resolução do problema. Quando um dado importante e relevante era obtido, por exemplo, pela ASI/UnB, este era imediatamente disseminado na comunidade garantindo um trabalho coletivo e integrado. Podemos observar que as informações transitavam por toda essa estrutura.

Esse trabalho articulado, cooperativo e interconectado é uma das principais características que se verá na atuação dessa teia de informações (Motta, 2008). Isso evidencia o poder de alcance que a comunidade de informações tinha sob todo o território nacional. Nessa perspectiva, a ASI/UnB era uma pequena engrenagem de um sistema que estava ligado direta e indiretamente às atividades de repressão em todo o Brasil.<sup>25</sup>

Em razão desse *modus operandi*, é comum encontrar documentos de outros órgãos nos arquivos do Fundo ASI/UnB. Em alguns casos, o arquivo do órgão de origem já foi até destruído pelos militares nos anos finais da Ditadura ou ainda permanecem desaparecidos, mas, em razão dessa política de colaboração e disseminação mútua de informações, um ou outro documento sobreviveu intacto no meio dos arquivos da Assessoria como vestígio de sua existência como é o caso de algumas assessorias universitárias.<sup>26</sup>

Da mesma forma que é possível encontrar papéis de outros órgãos no Fundo ASI, também é possível encontrar expedientes da UnB em outros arquivos como, por exemplo,

---

<sup>25</sup> Essa interconexão pode ser visualizada em outros documentos como no BR\_DFANBSB\_N8\_0\_PRO\_PAI\_0626 (p. 10) no Fundo do Conselho de Segurança Nacional e no BR\_DFANBSB\_TS\_ASI\_PFI\_0849 (p. 26) no Fundo da ASI/SUDECO. Nesses dois documentos, há fichas LDB relativas a alunos e funcionários da UnB com informações coletadas pela ASI/UnB e difundidas para os órgãos de informação interessados. Esses documentos evidenciam a rede de colaboração e interconexão que existia entre a ASI e os órgãos de informação.

<sup>26</sup> Ver Motta, 2008 e Ishaq; Franco, 2011.

no Fundo da DSI/Petrobrás, que guarda algumas fichas de Levantamento de Dados Biográficos (LDB) relativas a pedidos de busca assinadas pelo escriturário da ASI/UnB, Miguel Joaquim Bezerra. Isso evidencia mais ainda o caráter ativo e atuante da ASI frente a um gigantesco aparato de vigilância.

Outro detalhe importante nos chama atenção: Se a própria Assessoria era um órgão de informação, seus servidores também eram agentes de informação. Tanto Joselito como Francisco receberam uma formação específica para atuar como agentes de informação. O segundo, por exemplo, fez um estágio na Escola Nacional de Informação (EsNI), vinculada ao SNI, em 1975. Já Miguel Joaquim Bezerra recebeu uma capacitação no curso de “Auxiliar de Informação”<sup>27</sup> em 1976 (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0055 p. 5-6). Fica evidente, portanto, que esses servidores da UnB eram de fato agentes de informação a serviço direto do SNI.

Porém, mesmo sendo agentes de informação, pensar que esses servidores foram unicamente os responsáveis pela vigilância, censura e repressão dentro da Universidade é um equívoco. Na verdade, o quadro de pessoal da Assessoria era bem modesto e contou, na maior parte do tempo, somente com dois servidores (Motta, 2014; Parucker, 2013; 2015a; 2015b). Na realidade, a ASI atuava em sintonia e colaboração da estrutura administrativa da FUB, principalmente da Administração Superior.

Segundo Joselito, no “Relatório Anual de 1971”, ele recorria ao Serviço de Pessoal para obter informações de professores e funcionários técnico-administrativos e à Diretoria de Assuntos Educacionais (DAE/UnB) para informações sobre alunos. Poderia recorrer também a outros servidores da administração como os chefes de departamento e diretores de unidades para saber sobre professores e a secretários administrativos de cada unidade para saber sobre alunos. Quando a suspeita recaía sobre alguns desses chefes ou diretores de unidades, a ASI recorria ao então Vice-reitor, o professor José Carlos de Almeida Azevedo,<sup>28</sup> por ele ser integrante da cúpula Universitária de mais tempo na UnB e encarregado das atividades docentes (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0160).

---

<sup>27</sup> Apostilas relativas a esses cursos estão presentes no Fundo. Veja BR\_DFANBSB\_AA1.0.LGS.3 - Apostila da Imprensa Nacional sobre regulamento de assuntos sigilosos; BR\_DFANBSB\_AA1.0.LGS.5 - Apostila para formação de Agentes de Informação; e BR\_DFANBSB\_AA1.0.LGS.6 - Apostila de estágio do Serviço Nacional de Informações - SNI.

<sup>28</sup> O reitor Azevedo foi, primeiramente, vice-reitor de Amadeu Cury. Depois, em 1976, ele passa a ser o reitor da UnB até 1985.

De fato, no levantamento documental, é possível observar o colaboracionismo da Administração. O chefe da ASI, em 1971, por exemplo, informa, por meio de uma anotação em um documento, que havia entregado nas mãos do próprio diretor da DSI, o Coronel Pedro Vercillo, informações pessoais da ficha de um professor com dados com número de identidade, contrato de trabalho, filiação e endereço que foram fornecidas diretamente pelo Serviço de Pessoal (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0023, p.38).

Já o Serviço de Protocolo e Arquivo (SPA/UnB) ajudou a ASI a tomar conhecimento de memorandos, ofícios e outros expedientes regulares destinados às unidades da UnB de modo que a Assessoria pudesse manter vigilância sobre esses setores. Certa vez, também, o SPA em 1976, violou uma correspondência enviada para o Diretório Acadêmico do curso de Engenharia Florestal e enviou seu conteúdo para a ASI/UnB. A carta foi enviada pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Universidade de Campinas, que os convidava para uma reunião de entidades estudantis em São Paulo. (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0071; CATMV, 2015).

Outros órgãos ligados a Administração Superior também atuaram dessa forma. Segundo a CATMV (2015, p. 243), a Diretoria de Assuntos Educacionais (DAE/UnB)

“[...] era constantemente demandada a informar à ASI a respeito de estudantes (nomes de alunos de alguma forma ligados ao movimento estudantil, seu número de matrícula, curso a que estavam vinculados, endereço residencial e outras informações semelhantes).

Certa vez, por exemplo, em 1972, a DAE apreendeu os cartões de matrícula de dois discentes recém matriculados na UnB, que eram alvo de questionamentos do Comando Militar do Planalto em razão de serem indiciados em um Inquérito Policial Militar (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0001 p. 41).

Um colaboracionismo mais intenso foi empreendido pelo Decanato de Assuntos Comunitários (DAC/UnB) e pelo Serviço de Proteção ao Patrimônio (SPP/UnB). Em relação à DAC, na pessoa do Sr. Raimundo Nonato Santana, a CATMV (2015) aponta um papel relevante no controle e na vigilância à comunidade acadêmica. Esse órgão mantinha relações próximas com a ASI/UnB e os relatórios de espionagem produzidos pelo SPP eram enviados a ela.

O levantamento documental evidencia essa atuação. Segundo a Informação AAE/UnB N° 029/74 de 14 de junho de 1974, o Sr. Raimundo recorreu a ASI e ao SPP para consultar o nome dos alunos eleitos para a Representação Estudantil antes da

homologação, decerto, para saber se deveria barrar algum desses militantes. Em outro momento, o decano cita que entrevistou pessoalmente nas agitações causadas pelos alunos que protestavam em prol das eleições de modo que houve um recuo e uma mudança de atitude militante dos alunos (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0064). O Sr. Raimundo, em 1975, também barrou a palestra de Ulisses Guimarães e outros deputados (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0068 p. 87-96).

Em relação ao SPP, na pessoa do Sr. Sindulfo Chaves Filho,<sup>29</sup> apesar de ter sido oficialmente concebido como um serviço de proteção ao patrimônio material da Universidade, foi, na verdade, um serviço de espionagem que atuava em conjunto com a ASI. Este órgão era formado por “guardas” patrimoniais, que eram servidores do quadro pessoal da FUB selecionados a partir de concurso público. Era desse serviço que provinham muitos dos relatórios de espionagem que a ASI/UnB enviava à Divisão no MEC sobre as movimentações políticas da comunidade acadêmica (CATMV, 2015; Parucker, 2015a; 2015b).

Dentro do Fundo ASI, há vários documentos relativos a essas atividades. Eles descrevem ações de espionagem e vigilância no sentido estrito do termo. Coletavam informações relativas aos participantes presentes em eventos sejam assembleias, palestras ou reuniões, além de reproduzir os discursos desses sujeitos com uma coesão muito boa (CATMV, 2015). Também mencionavam passo a passo e a descrição de cada ação do grupo chegando a citar até o caminho que foi percorrido por manifestantes entre um lugar e outro com a descrição dos horários e dos participantes. Seguiam pessoas e anotavam

---

<sup>29</sup> Sindulfo Chaves Filho atualmente é servidor aposentado da Câmara Federal. Em 1969, ele foi cedido para a UnB e, no mesmo ano, assumiu a chefia do SPP. Ficou à frente desse serviço até 1981, quando foi devolvido para seu órgão de origem. Ele foi convidado pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV) para prestar depoimento, mas se negou a dá-lo. Ao que parece, a escolha de Sindulfo não foi aleatória, mas algo bem pensado. Segundo informações obtidas em documentos levantados no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), O servidor, antes de passar no concurso para a Câmara dos Deputados em 1968, era 2º Sargento do Batalhão de Polícia do Exército de Brasília (BPExB) e prestou serviço para o gabinete do Conselho de Segurança Nacional (BR\_DFANBSB\_N8\_0\_BNT\_0080, p. 187 e p. 542; BR\_DFANBSB\_N8\_0\_BNT\_0029 e BR\_DFANBSB\_N8\_0\_BNT\_0082). Além dessas menções em documentos no SIAN, há também uma menção de Sindulfo como sargento na crônica autobiográfica de Raimundo Floriano. Nesta crônica, o Sr. Raimundo, colega de Sindulfo na Câmara, cita que o “*Exército sempre foi um grande fornecedor dessa mão-de-obra altamente qualificada para a Câmara dos Deputados. Perdia ótimos sargentos que, vindos de todas as Regiões do País, e submetidos a árduo crivo intelectual, iriam enriquecer o quadro funcional daquela Casa do Povo. Compunham esse seleto elenco, entre outros: [...] Sindulfo Chaves Filho, do Ceará [...]*” Floriano (2016). Sendo assim, Sr. Sindulfo parecia “militarmente” bem capacitado para exercer a chefia de um serviço de espionagem e de polícia o qual se caracterizou o SPP.

placas de carros dos estudantes, além de apreender cartazes afixados e panfletos distribuídos.

Essas atividades eram executadas por guardas espíões, mas o uso de colaboracionistas (como alunos e professores) também era possível. Certa vez, um desses espíões seguiu alguns alunos pela L2 Norte até seus automóveis, momento no qual o sujeito anotou o modelo e a placa do veículo (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0069). Como podemos observar, o vigilante do SSP não era um simples guarda, mas um espião.

Ao que parece, com base na análise documental, o SPP era bem estruturado e extenso em razão da quantidade de informações e de detalhes que seus servidores eram capazes de levantar e sistematizar. Na Informação ASI/UnB n° 73/76, de 17 de novembro de 1976, por exemplo, o SPP consegue citar mais ou menos 80 nomes de participantes de uma assembleia no Anfiteatro 9 (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0069). Isso mostra o tamanho e a capacidade do serviço.

O levantamento documental também apontou indícios de que o SPP atuou como um tipo de “polícia”. Na Informação AESI/UNB N° 021/75, de 8 de maio de 1975, em depoimento dado por servidora “convidada” a prestar explicações sobre um aluno que, em uma reunião de estudo, proferiu ofensas ao reitor e ao SNI, ela diz que foi

[...] solicitada pelo Sr. Chefe do Serviço de Proteção ao Patrimônio, Sr. Sindulfo Chaves Filho, para dar maiores informações sobre o caso, já que as anotações de ocorrências não o esclareciam devidamente. 9 - Após se informar a respeito, o Sr. Sindulfo nos disse que nada havia de anormal e que estas eram simples informações de rotina (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0007, p. 59)

Sindulfo, ao tomar interrogatórios e acarear fatos, exerce acima uma função anômala à sua prerrogativa de agente de proteção patrimonial.<sup>30</sup> Tais funções estranhas também são relatadas em uma carta dos moradores do alojamento universitário em 1974. Nesse relato, os moradores reclamam do controle excessivo e denunciam o crescente clima repressivo por parte dos vigilantes do SPP, que são acusados de tomarem “ares de uma polícia universitária”. A carta diz que, além de atuarem na censura prévia a todo tipo de cartaz ou de publicações estudantis,

Esses "protetores" do patrimônio foram adquirindo gradativamente poderes inusitados, como os de multar carros e vigiar alunos, chegando atualmente a

---

<sup>30</sup> A literatura descreve casos semelhantes. Na conceituada obra de Rodrigo Patto Sá Motta (2014) são citados dois exemplos: um caso na Universidade Estadual de Londrina, onde a reitoria criou, nos anos 1970, uma espécie de polícia interna, comandada por um oficial da PM cedido pelo governo estadual e outra na federal do Amazonas, onde existia, em meados de 1970, o cargo de chefe da polícia universitária.

possuir grande número de viaturas dotadas com sirene e holofotes. A grande, mas anômala transformação que o Serviço de Proteção ao Patrimônio sofreu, foi a ponto de tornar seu corpo de vigilantes comparável a uma polícia privada - o que ainda não é regulamentado pelo governo e, além de fugir das atribuições que deveria ter, conforme o nome indica, afronta pontos do Estatuto e Regimento Geral da UnB (Carta aberta dos moradores do alojamento universitário, 1974, p. 1).

Em razão dos fatos, não resta dúvidas de que a ASI/UnB foi uma engrenagem dentro de uma rede interna de repressão (CATMV, 2015). Sendo assim, deve-se compreender que a atuação da Assessoria se deu em uma *rede interna* que contava com a colaboração de toda a estrutura administrativa da instituição. Portanto, boa parte das ações repressivas descritas a seguir, como expulsões de alunos, demissões de servidores, instrução de processos administrativos, não eram executados diretamente pela ASI, mas sim por outros departamentos da UnB. Portanto, em muitos casos, a ASI funcionou como um elo que intermediava, aconselhava ou subsidiava as ações.

O regime de colaboração descrito acima não significa dizer que essas ações só foram executadas por livre e espontânea vontade dos servidores. Segundo a CATMV (2015, p. 243, grifo meu), esses órgãos “colaboravam, esporádica ou regularmente, de modo *pessoal ou institucional*”. Ou seja: esses sujeitos, ao colaborarem, faziam-no em estrito cumprimento do seu dever funcional, sob ordens superiores, ou por iniciativa própria. No Relatório Anual referente a 1971, Joselito Eduardo Sampaio, o primeiro chefe da ASI, diz que

temos recebido pedidos de informações de responsáveis por Unidades Universitárias, a respeito de pessoas que desejam contratar para o trabalho docente, *sem que jamais lhes fosse dito da obrigatoriedade dada disto*. Alguns setores que já conhecem a Assessoria Especial recorrem a ela como entidade auxiliar capaz de evitar lhes problema (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0160, p. 6, grifo meu).

O relatório de Joselito enfatiza o que já se explicitou acima: em alguns casos, esses órgãos e seus representantes (diretores, chefes ou secretários) executavam as ações por iniciativa própria. Em outro caso semelhante, por exemplo, agora descrito pela CATMV (2015, p. 244), um

Secretário do Instituto de Ciências Exatas alertava o SPP sobre uma possível irregularidade: segundo esse secretário, o serviço de mecanografia daquele Instituto havia reproduzido para alguns estudantes um boletim de representação estudantil que, a seu ver, era inadequado. Informado pelo Chefe do SPP, o Decano efetivamente vetou a circulação do referido boletim, por ter

sido elaborado pelo ‘Conselho de Representantes Estudantis’, órgão não reconhecido pela administração universitária.

Vale salientar que a análise documental sugere que, dentro dessa rede de repressão interna, a peça fundamental para a organização dessa espécie de “estrutura repressiva interna” era a figura do Magnífico Reitor. Este cargo, de 1964 a 1985, teve em sua cadeira interventores nomeados pela Ditadura sem participação da comunidade acadêmica (CATMV, 2015). Era ele que mantinha vínculos diretos com a ASI, com a DSI e com outros órgãos de segurança e informação. As ações de controle, de perseguição, de censura e de triagem de pessoal passavam por sua mão e recebiam seu escrutínio. Em suma, era ele a peça fundamental que organizava e tomava as principais decisões em relação ao que ocorria dentro da instituição. Tal posição colaboracionista pode ser vista no OE MRT n° 005/77, de 08 de julho de 1977, no qual o magnífico reitor José Carlos Azevedo, em correspondência com o general Heitor Furtado, enviou um mapa do *campus* e uma relação de alunos que participaram das greves no ano de 1977 caso fosse necessária uma invasão militar. Como se não fosse o bastante, ele ainda se colocava a disposição para redigir um ofício que justificaria a ocupação. Ainda, nesse mesmo ofício, tomava a iniciativa de escrever cartas para os alunos faltosos que protestavam dando a opção de voltarem para as aulas como uma forma de remediar o problema (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_MPL\_0032 p. 1-2).

Nesse sentido, o reitor era a peça chave dessa estrutura de repressão interna.<sup>31</sup> Segundo a CATMV (2015, p. 242), “a alta administração universitária foi, durante todo o período ditatorial, conhecedora, responsável e executora dos desígnios do regime militar no plano do ensino superior brasileiro, embora nem sempre de forma unívoca e monolítica”. Portanto, a Reitoria era a “cabeça” que organizava todo o corpo universitário para promover o controle político existente dentro da Universidade.

Depois de discorrer sobre esses temas, agora é pertinente detalhar melhor as atividades que eram executadas dentro do âmbito da ASI. Como reportado até aqui, não cabia ao assessor empreender ações ostensivas, como, por exemplo, prisões, interrogatórios, apreensão de panfletos e outras atividades que eram comuns aos serviços de repressão, como o DOI-CODI. Sua atuação era mais ligada às ações de espionagem e

---

<sup>31</sup> Entre 1964 e 1985, a UnB teve os seguintes Reitores: Zeferino Vaz, Laerte Ramos, Caio Benjamim Dias, Amadeu Cury e José Carlos Azevedo. Todos eles foram interventores nomeados pela Ditadura.

coleta de informações. Mas é preciso deixar claro que a Assessoria não era um “serviço de inteligência” por completo.

Ou seja, não realizava um serviço de inteligência em todo seu escopo de coleta e análise de informação para fornecê-las à instância superior. O assessor também não exercia trabalhos de *campo* como infiltração em congressos, reuniões estudantis, greves e outras atividades como o SPP ou a Polícia Federal.

O assessor acabava se limitando a um serviço administrativo que auxiliava o reitor nas demandas relacionadas aos OI's. Sendo assim, era um trabalho mais administrativo ligado à manipulação da “papelada”. Para coletar algumas informações, ele se limitava a consultar, como já foi dito, os diretores, chefes ou secretários das repartições para levantar alguma informação sobre um aluno ou professor. Vale salientar que, mesmo que empreendesse ações mais “burocráticas”, por assim dizer, isso não diminui seu papel como um órgão de informação. A ASI e seus funcionários eram parte de uma gigantesca estrutura repressiva ligada direta ou indiretamente ao controle político mesmo que fosse uma pequena engrenagem desse esquema.

De qualquer forma, quando precisava compartilhar com os OI's informações relativas à atuação do movimento estudantil que fossem dados que precisassem ser coletados diretamente por ações de infiltração e espionagem em campo, a ASI recorria a outras fontes como o SSP. Dessa forma, não cabia ao assessor e nem a seu auxiliar manipular ou controlar uma rede de espiões e nem se infiltrar em meio aos alunos. Pelo menos, não se encontrou documentação no Fundo que indique tal atuação por parte de Joselito e de Francisco, os chefes da ASI/UnB. A manipulação de uma rede de espionagem ficava a cargo do SPP e de outros órgãos de informação.

Porém, há um documento de 1971 que aponta indícios de que a ASI, quando foi criada nesse mesmo ano sob o acrônimo de ApAE (Assessoria para Assuntos Especiais), foi concebida inicialmente como um serviço de espionagem que exerceria atividades de campo. No documento “DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0160”, no qual Joselito Eduardo Sampaio presta um relatório referente à instalação precária da ASI, no subtítulo “Das suas dificuldades”, o assessor cita cinco dificuldades na atuação da assessoria. Dessas cinco, três são as mais relevantes para nossa análise. A primeira dificuldade é “saber de tudo - e antes de todos - o que se passa na sua área” ou seja: em se manter informado de tudo que ocorre dentro da UnB. Para saber de “tudo”, segundo ele, seria necessário ter em mãos

um número grande de informantes, algo que é “delicado e grave quanto difícil”. Em segundo, uma das maiores dificuldades é controlar a produção e distribuição dos panfletos bem como encontrar seus autores. Joselito afirma que, para tal empreendimento, seria necessária uma rede interna de agentes/informantes para empreender tal controle.

Se controlar a produção dos panfletos era difícil, também o era espionar alunos e professores. Repetindo o argumento anterior, Joselito aponta que “Teríamos que dispor, no mínimo de um agente (de preferência aluno) em cada classe ou de amigos particulares do suspeito, para cumprir essa missão a contento.”

Como podemos observar, Joselito estava muito preocupado em coletar informações cotidianas da UnB, em controlar a produção e distribuição dos panfletos antigovernistas que circulavam dentro da instituição, além de vigiar as ações de alunos e professores considerados subversivos. Ao que podemos observar, todas essas ações estão ligadas diretamente à necessidade de um *trabalho de campo*. Podemos inferir que Joselito estava preocupado com esses detalhes justamente porque recebeu orientações normativas para atuar dessa maneira, como um serviço de espionagem em campo. Isso sugere que a ASI/UnB foi concebida, pelo menos no início, como um órgão de espionagem com atuação direta em campo e não como um mero órgão administrativo no qual se limitaria a enviar dados pessoais dos assentamentos ou de auxiliar o reitor em suas decisões diárias. O que se sugere, portanto, é que o órgão foi concebido como serviço que planejaría e executaria um trabalho de campo de coleta e espionagem da comunidade acadêmica ao estilo daquelas que exerceu a Polícia Federal dentro do campus.

Em outras palavras, sugere-se a ASI/UnB foi concebida como um órgão de informação e espionagem com prerrogativas de atuação em campo, em linha de frente, na busca e coleta de informações dos sujeitos daquela instituição. Mas, como destaca o relatório, com a falta de recursos pessoais, ele deixa claro que, nas atuais circunstâncias, seria extremamente difícil atuar daquela maneira. Três vezes ele cita a necessidade de uma rede de informantes que faça esse trabalho de campo: “é necessário contar com um número de colaboradores (agentes) capazes de dar conta da tarefa” (p. 4); quando se fala em controlar a produção e circulação de panfletos, ele revela que “se faz sentir a enorme necessidade da rede interna de agentes...” (p. 4) e que quando se trata de acompanhar a atuação de um aluno ou professor, seria necessário “dispor, no mínimo de um agente (de

preferência aluno) em cada classe ou de amigos particulares do suspeito, para cumprir essa missão a contento” (p. 4-5).

Em razão da impossibilidade de realizar as tarefas, como uma forma de remediar o problema, ele recorre regularmente a outros métodos como, por exemplo, consultar informantes do quadro de servidores da FUB, que não era tão eficaz como ter informantes realizando trabalho de campo, mas que supriria, de alguma forma, a necessidade de informação.

Em resumo, esse documento nos fornece *indícios* que permite sugerir que a ASI não foi concebida inicialmente como um serviço burocrático, um mero órgão que fazia a ponte entre a DSI e a Universidade, mas também, pelo menos em seus momentos iniciais, como um serviço de inteligência responsável por incursões em campo para vigiar e acompanhar a atuação política de alunos e professores além de controlar a produção e circulação dos panfletos antigovernistas.

No final das contas, a natureza das ações que eram executadas pela ASI/UnB era mais focada na esfera administrativa ligada a procedimentos de vigilância dentro da UnB. A outra parte do trabalho, como a constituição de uma rede de espiões, que tanto desejava Joselito, e a infiltração a reuniões e congressos, por exemplo, seria executada pelo Serviço de Proteção ao Patrimônio (SPP) e por outros órgãos de informação.

## **2.2 Coleta de informações e atendimento de pedidos de busca e de informação**

Depois de feitas as devidas considerações iniciais sobre a atuação, vamos aprofundar o tema abordando as ações cotidianas que eram desempenhadas por esse serviço, a começar pela coleta de informações, atendimento de pedidos de busca e a pedidos de informação.

A Assessoria estava “de olho” em praticamente tudo que pudesse ser útil ao SISNI na sua missão de alimentar os aparatos repressivos. Como um órgão de informação, sua missão era observar, coletar e enviar informações relativas à comunidade acadêmica. Por isso, há uma vasta papelada no Fundo ASI/UnB com relatórios ou informes sobre vários assuntos. Mas, aqueles que mais se destacam estão ligados a ações de espionagem empreendidas dentro do *campus* pelo SPP.

A atuação política dos estudantes, como assembleias, passeatas, reuniões e outras manifestações, eram observadas de perto pelos guardas chefiados por Sindulfo Chaves Filho, chefe do Serviço de Proteção ao Patrimônio (SSP/UnB). Segundo a CATMV (2015, p. 243),

Servidores dessa unidade coletavam todo tipo de informação que pudesse relacionar-se a tais atividades, como nomes de lideranças e demais participantes, inclusive reproduzindo em relatórios suas intervenções orais; identificavam pessoas que circulavam pelo campus; recolhiam cartazes afixados e panfletos distribuídos e, quando possível, apontavam os responsáveis por sua divulgação etc.

Engana-se quem acha que a vigilância e a espionagem recaíam somente sob os alunos. O movimento estudantil era um dos principais grupos a serem vigiados. Mas professores e técnicos-administrativos não foram isentos. Parucker (2015a) e a CATMV (2015) apresentam um conjunto documental que mostra o SPP e a ASI atentas também às movimentações políticas ligadas à FUB, à Associação dos Servidores da Fundação Universidade de Brasília (ASFUB) e à Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB). Dessa forma, tanto servidores do quadro administrativo como também professores eram alvos da vigilância.<sup>32</sup>

Também, no rol das incumbências da ASI, estava a de informar a DSI sobre temas diversos que eram noticiadas na imprensa regional sobre a universidade e a educação como um todo. As justificativas dessa atitude são dadas no Ofício Circular nº 2343 CICP/DSI/MEC/72, de 28 de julho de 1972, no qual a Divisão informa Joselito de que havia a necessidade de acompanhar, em âmbito nacional, o pensamento das massas sobre vários aspectos da educação para realizar um melhor trabalho de contrainformação (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_LGS\_0026, p.1).

Para cumprir os desígnios, o assessor de segurança recebia do Serviço de Protocolo correspondências diárias de exemplares dos principais jornais de circulação nacional e da região (como o Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo, Diário de Brasília, Jornal de Brasília e Correio Braziliense) dos quais eram extraídos, ou melhor, recortados,

---

<sup>32</sup> Sobre essa vasta atuação na espionagem de professores, alunos e servidores da FUB, veja BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_MPL\_0040; BR\_AN\_BSB\_AA1\_INF\_0069; BR\_AN\_BSB\_AA1\_INF\_0049; BR\_AN\_BSB\_AA1\_MPL\_0065; BR\_AN\_BSB\_AA1\_MPL\_0060, BR\_AN\_BSB\_AA1\_MPL\_0063 e BR\_AN\_BSB\_AA1\_CMD\_0031.

fragmentos que eram anexados aos pedidos de busca ou de informação (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0024, p.6).

Os assuntos abordados nesses fragmentos eram diversos, podendo ou não ter relação direta com o nome da Universidade. Os principais temas eram ligados às crises institucionais, protestos de alunos, expulsões, problemas burocráticos como a falta de professores ou outros temas relevantes que, de certa forma, manchavam a imagem da instituição.

Com relação à vigilância, esta poderia recair sobre outras esferas que não estivessem propriamente relacionadas com questões políticas. Refere-se aqui a assuntos administrativos, pedagógicos, denúncias de corrupção e roubo. Há casos, por exemplo, de problemas ligados ao curso de verão ou da falta de professores no Departamento de Engenharia Mecânica, que gerou um questionamento da DSI ao assessor da ASI (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0064). Em outro caso, a ASI é provocada a levantar informações sobre questões administrativas sobre servidores cedidos para a FUB (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0087, p.5). Todos esses acontecimentos, mesmo que não diretamente políticos, poderiam estar sujeitos a escrutínio.

O interesse por esses assuntos não significa que estavam preocupados com os problemas da qualidade de ensino. Na realidade, a preocupação estava no impacto que causariam à opinião pública. Esses temas poderiam se tornar um problema de “segurança” se provocassem distúrbios.

Geralmente, essas informações, além das outras citadas acima, como as dos jornais, eram enviadas quando solicitadas por um “Pedido de Busca” (PB) ou por um “Pedido de Informação” (PI).<sup>33</sup> Quando a DSI ou qualquer outro órgão do SISNI precisava se informar sobre um determinado assunto, enviava um PI solicitando os dados. Qualquer assunto poderia ser objeto desse pedido. Quando ele se referia ao levantamento de dados biográficos sobre um aluno ou um professor, geralmente era feito sob um PB, um tipo de pedido que solicitava os antecedentes do nominado.

O procedimento era simples: o órgão de informação de qualquer parte do território nacional encaminhava seu pedido à Comunidade de Informações. Esse pedido circulava

---

<sup>33</sup> Nem sempre os documentos enviados à ASI vinham como Pedido de Informação ou de Busca. Poderiam vir com a designação simplória de “Memorando” ou “Ofício” geralmente em carácter sigiloso. Durante os 14 anos de funcionamento da ASI, a nomenclatura em relação a esse documento variou, mas a intenção permaneceu a mesma.

por esta teia até alcançar os órgãos que, de alguma forma, poderiam informar os dados. Quando um deles envolvia uma universidade, no caso a UnB, quem recebia primeiro o pedido era a DSI (por ser ela a coordenadora das assessorias universitárias) que, depois, o endereçava à respectiva universidade.

Há casos nos quais a hierarquia não foi obedecida e os órgãos de informação, como a Polícia Federal e o Comando Militar do Planalto, comunicaram-se diretamente com a ASI. Em outros casos, a comunicação não se deu diretamente com o assessor da unidade, mas diretamente com a Reitoria em ofícios confidenciais ao Magnífico Reitor. Isso deixa claro o caráter ativo da Administração Superior da UnB na repressão à comunidade acadêmica, como já sugerido acima.

De qualquer modo, quando o assessor recebia o pedido, ele mobilizava suas conexões dentro da burocracia administrativa para levantar os dados. Esses requerimentos internos eram feitos por meio de memorandos dirigidos aos setores e a servidores que poderiam levantar a informação. Às vezes optava-se por enviar diretamente o servidor da ASI em diligência pessoal para coletar as fichas, com ocorreu no episódio do Memorando nº 002/78, de 17 de abril de 1978, no qual Francisco Pedro comunicava o Serviço de Pessoal que Miguel Joaquim Bezerra, escriturário do órgão, iria comparecer pessoalmente àquele departamento para coletar pastas com as fichas e ainda pedia que o servidor fosse tratado de forma reservada em razão das atividades sigilosas (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0027 p. 4).

A ASI também se utilizava da consulta pessoal aos superiores ou a qualquer outro sujeito que conhecesse o investigado pessoalmente de forma que fosse capaz de fornecer informações sobre a sua atuação política e ideológica. É o caso, por exemplo, do Pedido de Busca Nº 001/ASI/SUDECO, de 02 de fevereiro de 1973 enviado pela Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) à UnB, no qual o Sr. Joselito Sampaio declarava que não era preciso consultar os ex-superiores de Ronaldo Maia (ex-funcionário da UnB e candidato a agente da Assessoria de Segurança da SUDECO) para saber sobre a sua atuação política na Universidade já que ele mesmo o conhecia pessoalmente em razão de ter sido professor do cogitado no colégio Elefante Branco e lá desconhecer qualquer envolvimento em atividades políticas. Ainda informa que Ronaldo sempre se comportava com disciplina e que ele desconhecia qualquer

atividade política subversiva dentro da instituição (BR\_DFANBSB\_TS\_ASI\_PFI\_0849, p.26)<sup>34</sup>.

Os Pedidos de Busca e de Informação poderiam também ser verbais. Alguns órgãos de segurança ou de informação enviavam seus agentes, de forma confidencial, para consultar ou coletar dados pessoalmente com os servidores da ASI. Essa prática, ao que parece, foi muito comum no caso da Polícia Federal, que, segundo Francisco Pedro, “formula Pedidos de Informações, verbais, esses quase semanalmente, através de agentes credenciados” (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0163, p. 1)<sup>35</sup>.

### **2.3 Controle, vigilância e triagem de pessoal**

Além da coleta de informações, a comunidade acadêmica estava submetida a um filtro ideológico que decidia quem poderia ou não se manter nos quadros da instituição. É o caso, por exemplo, do professor Victor Leonardi, do Departamento de Filosofia e História, que, em maio de 1976, foi afastado do seu cargo por conta das suas “inclinações marxistas”. O professor foi acusado de distribuir livros marxistas aos alunos e de pesquisar temas como o sindicalismo, partidos e organizações operárias e a atuação das organizações e manifestações socialistas (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0009, p.1-2; CATMV, 2015).

Isso não só ocorreu com professores, mas com os demais cargos de liderança na Universidade. No Encaminhamento nº 0586 ARSI/DF/GO/74/DSI/MEC de 5 fevereiro de 1974, a DSI informa ao reitor que os candidatos a chefes de departamento, de seção, de subseção; pessoas cogitadas a viagens ao exterior; além de assessores, assistentes, consultores jurídicos, chefes de gabinete e secretários particulares, ou seja, todo o complexo administrativo-acadêmico da universidade, deveria ser alvo de um levantamento biográfico (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_LGS\_0032). Esse procedimento servia para que os OI’s consultassem os antecedentes a procura de registros que apontassem algum “perigo” em relação a contratação ou a nomeação do investigado.

Esse processo de filtragem ocorria nas universidades geralmente sob o mesmo procedimento. Antes da contratação, a respectiva assessoria universitária enviava um

---

<sup>34</sup> Documento pertencente a Fundo SUDECO, que é custodiado pelo Arquivo Nacional sob a identificação BR\_DFANBSB\_TS.

<sup>35</sup> Para outros exemplos, veja BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_ROS\_0058 e BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0044, p. 165

pedido de busca à DSI/MEC com uma ficha de “Levantamento de Dados Biográficos” (LDB) anexa. Nesse prontuário, os servidores da ASI deveriam “[...] discriminar, necessariamente, posição ideológica, atitude em relação ao golpe, eventuais atividades subversivas, probidade administrativa, eficiência funcional ou profissional e conduta civil.” (Fico, 2001, p. 98). Assim que a Divisão de Segurança recebia o pedido de busca, ela consultava a “comunidade de informações” à procura de dados que pudessem desabonar a conduta do cogitado.

No caso de professores, era comum que a DSI consultasse suas próprias assessorias em outras universidades nas quais o candidato lecionou ou se formou. Por isso que é comum encontrar no Fundo ASI/UnB documentos pertencentes a outras assessorias universitárias que foram consultadas ou que consultaram a UnB. Caso o pedido de busca retornasse informações “negativas”, o sujeito não era contratado. Esses vetos eram sigilosos e nenhuma justificativa e nem possibilidade de recurso era dada ao solicitante. Essas práticas não deixaram de chamar atenção dos professores e da imprensa, que acabaram por apelidá-las de “cassações brancas” (Motta, 2014).

Essa política de “limpeza” surgiu pela primeira vez nas universidades a partir de 1968 quando a Universidade Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS) passou a exigir atestado de bons antecedentes ou atestado ideológico para as novas contratações. Mais tarde, descobriu-se que essa prática era insuficiente porque os cogitados às vezes falsificavam ou utilizavam outros meios para burlar o sistema. A partir, então, de 1971, a DSI/MEC passou a exigir a ficha LDB para suas assessorias (Motta, 2014).

Um dos casos mais interessantes que o Fundo ASI nos fornece sobre o controle de contratação e filtragem ideológica é encontrado no PB ARSI/DF-GO-MG/DSI/MEC N° 1537, de 29 de abril de 1975 (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0007 p. 71-73). Nesse documento, a Divisão envia um pedido de busca para a ASI/UnB perguntando se existe algum vínculo entre o professor Ary do Nascimento e a Universidade. O assessor responde que o nominado nunca lecionou e nem tem vínculo empregatício com a FUB. Porém, informa que o nominado já foi anteriormente cogitado para contratação, mas que seu aproveitamento foi desaconselhado pela própria DSI e que, por esta razão, não o contrataram.

Ao se aprofundar na investigação, é possível descobrir, ou melhor, deduzir as razões pelas quais a UnB não o contratou. Ao analisar a documentação, podemos observar

que Ary havia se formado anteriormente na Universidade Patrice Lumumba, instituição universitária edificada no coração de Moscou pelos soviéticos. Lá, ele fez sua graduação e sua pós-graduação além de participar de seminários e congressos em terras soviéticas (BR\_DFANBSB\_AA1.0.INF.0004). Depreende-se que essa foi a razão pela qual o MEC desaconselhou a sua contratação.

Esse não foi um caso isolado. A literatura informa que o regime mantinha estrita vigilância sobre alunos egressos de países socialistas que, ao voltarem ao Brasil, procuravam as universidades federais para revalidar seus diplomas obtidos nesses países. Muitos desses acadêmicos seriam perseguidos após sua volta sendo demitidos de seus cargos públicos ou impedidos de revalidar seus diplomas. Era, em suma, uma forma da comunidade de informações manter o país longe da influência “maligna” do “Movimento Comunista Internacional” (Motta, 2008).

No Of. Circ. N° 1916/AECI/DSI/MEC/73 de 24 de maio de 1973, por exemplo, a DSI/MEC sugere que os reitores negassem qualquer estreitamento de relações culturais do Brasil com países comunistas:

De ordem do Senhor Ministro, comunicamos que devem ser adotadas as medidas julgadas convenientes na esfera de sua jurisdição, no sentido de que seja evitado o estreitamento de relações culturais do Brasil com países de governos comunistas, em face da possibilidade de os mesmos utilizarem acordos e manifestações culturais como instrumento de exportação e penetração ideológicas (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0062, p. 6)

O ofício ainda informa que “Assim, devem ser negadas facilidades ou apoio governamental aos brasileiros que desejarem seguir para cursos no Exterior, contrariando a presente recomendação”. Para cumprir tais desígnios, os órgãos de informação estenderam a vigilância sobre docentes que solicitavam afastamento para viagens ao exterior para congressos, eventos, pesquisas ou cursos de pós-graduação. A autorização só era concedida após uma criteriosa investigação.

A prática foi adotada oficialmente em 1973. O procedimento era semelhante aos já descritos acima: A ASI enviava uma ficha LDB por meio de um pedido de busca à DSI com uma antecedência de 60 dias. Por vez, a Divisão invocava as assessorias a procura por informações relevantes que desabonassem a conduta do investigado (Motta, 2014). No documento “BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0101”, em suas 50 páginas, a DSI/MEC envia à UnB vários Pedidos de Busca sobre docentes de algumas universidades federais

como da Bahia, de Sergipe, de Goiás e de outras instituições do Brasil que solicitavam a permissão para viajarem para países como França, EUA e Inglaterra.

Com relação à comunidade discente, esta também era suscetível à mesma filtragem. Na Informação nº 022/520/SICI/DSI/MEC, de 15 de fevereiro de 1978, a UnB foi notificada que o discente Samuel Bracarense Costa, líder estudantil, solicitava transferência da Universidade Federal do Paraná para estudar na capital. Em Brasília, ele residiria com seu pai, tido como comunista pelos OI's. O assessor da ASI respondeu à provocação informando que o reitor tomou ciência e *indeferiu* seu pedido de matrícula (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_ADA\_0007, p. 1-3). Em outro caso, no Informe nº 021/1571/78/SICI/1/DSI/MEC/78, de 14 de fevereiro de 1978, o MEC enviou um aviso ao reitor para que ele tomasse conhecimento sobre uma “infiltração comunista na UnB”. O informe sigiloso argumentava que o aluno Hamed Farias Seabra fazia parte do PCB e, em 1977, já havia sido jubilado da UnB em razão de sua atuação política. Mas, em 1978, ele entraria novamente na instituição como parte do plano subversivo daquele partido. Não se sabe se Hamed foi barrado, mas a resposta deixou claro que o reitor tomaria as devidas providências. De qualquer forma, nesses dois casos, fica clara a motivação política por trás do processo.

#### **2.4 Censura a apresentações, reuniões estudantis, circulação de panfletos, palestras e passeatas.**

Os órgãos de informação vigiavam seminários e palestras com o objetivo de evitar que os seminaristas tocassem em temas inconvenientes ao Regime. Dessa forma, os órgãos tomavam providências para que essas pessoas fossem desconvidadas (Motta, 2014). Isso ocorreu com os alunos do Departamento de Comunicação, que convidaram Ulisses Guimarães e outros deputados para palestrarem sobre o tema da “Participação Política do Estudante e a Realidade Brasileira” em junho de 1975. A realização da palestra foi obstada pelo Sr. Raimundo Nonato Monteiro de Santana, Chefe do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) sob a justificativa que o evento era essencialmente político e que estavam proibidas, de acordo com o regimento e com recomendações de “A Voz do Brasil”, manifestações políticas agitadoras dentro das universidades. A palestra foi, como noticiada ao MEC, “indeferida” (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0068 p. 87-96).

Deram tanta importância ao controle desses eventos que, em agosto de 1973, o ministro Jarbas Passarinho, do MEC, editou uma resolução sigilosa (mantinha sigilo por medo da reação da comunidade acadêmica) que obrigava as reitorias a comunicar à Divisão, com 60 dias de antecedência, eventos de qualquer natureza até mesmo os esportivos. Alguns alunos e professores não toleraram a censura e enfrentaram o regime organizando eventos e palestras sem a sua anuência prévia. Isso causou muita frustração nos órgãos de informação por não conseguirem evitar as afrontas e punir os culpados (Motta, 2008; 2014).

Motta (2014) relata que censuras ocorreram também em cerimônias de colação de grau. A censura a esse tipo de evento não era paranoia por parte do regime. De fato, em um contexto em que o regime reprimia e retirava a participação política dos alunos, a comunidade discente passou a utilizar outros meios para protestar. Uma alternativa era fazer das colações de grau eventos políticos. Os formandos, portanto, aproveitavam esse momento e convidavam personalidades que questionavam o regime e que perderam seus cargos públicos em decorrência disso.

Esse tipo de censura também ocorreu na UnB. ASI/Embrapa enviou a Informação nº 22/78 para a ASI/UnB informando-a que tomou conhecimento da solenidade de formatura da Engenharia Agrônoma do 2º Semestre de 1977 na qual um professor, descrito como um sujeito desviante pelos relatórios anexos, e dois ex-alunos expulsos por agitação política, seriam homenageados na colação (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0072, p.6). Provavelmente a assessoria da Embrapa desejava que a UnB tomasse conhecimento afim de evitar possíveis manifestações políticas.

Além disso, havia também a censura aos conteúdos ministrados dentro de sala de aula. Na documentação encontrada no fundo da ASI/UFMG da Federal de Minas Gerais, por exemplo, um encaminhamento da DSI/MEC cita um conjunto de 205 livros proibidos pelo regime, que vão de autores como Che Guevara a Lênin e outros títulos considerados como um risco a moralidade, como a obra do Marques de Sade (Muller; Fagundes, 2014).

No Fundo ASI/UnB, também encontramos alguns casos. A Informação Circular nº09/DSI/MEC de 12 de maio de 1971 declarava que o uso da obra de Nelson Werneck Sodré intitulada “História Militar do Brasil” era desaconselhado e sua divulgação era proibida (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0078, p.2). Em outro momento, no Pedido de Busca nº 1524/SIE/DSI/MEC/72 de 5 de junho de 1972, a DSI informava que algumas

instituições de educação solicitavam frequentemente material didático, científico e cultural para países do bloco soviético e os recebiam juntamente com propagandas do Movimento Comunista Internacional. A Divisão pediu que a UnB verificasse se ela se encaixa no caso. A ASI então mobiliza seus contatos e solicita que a Biblioteca da UnB informe a relação mensal das obras que se encaixam nesses critérios. Posteriormente, o assessor confirmou que a Universidade recebeu esses materiais acadêmicos, mas que são essencialmente técnicos e desprovidos de propaganda ideológica. Em anexo, ele deixava uma lista com obras recebidas da Rússia, da Polônia, da Hungria e de vários outros países (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0061, p. 18-26).

Além das censuras já mencionadas, as universidades também sofreram com o controle da pesquisa científica. As assessorias, de modo geral, eram mobilizadas para obter informações de pesquisas com ideias inconvenientes ao Regime e de trabalhos de pesquisadores “esquerdistas”, principalmente da área das ciências humanas e sociais. Embora houvesse ênfase nessa área, os pesquisadores das ciências naturais também sofreram perseguição. Toda essa “paranoia” girava em torno do medo de que projetos de subversivos fossem financiados (Motta, 2014).

Caso interessante foi narrado no PB n° 1161/ARSI/DF/GO/DSI/MEC, de 12 de março de 1974 no qual a ARSI enviou a UnB um Pedido de Busca para averiguar a presença de pesquisadores da instituição no município goiano de Arraias sob justificativa de uma pesquisa à comunidade negra da localidade. A solicitação pedia que a assessoria verificasse a veracidade das informações bem como uma ficha LDB de uma aluna que acompanhava sua professora na pesquisa, que anteriormente havia respondido a um Inquérito Policial-Militar por suspeita de ligação com a Ação Popular Marxista-Leninista (APML). A DSI/MEC desejava verificar se a pesquisa era parte de algum plano de militância política (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0064; CATMV, 2015).

Os órgãos de informação também se interessaram por temas de segurança nacional com ênfase na energia nuclear ou em outras matrizes energéticas (pesquisas, equipamentos e reservas minerais) de modo que os pesquisadores que desenvolviam algum trabalho sobre o tema foram mantidos sob vigilância. A intenção, em alguns casos, foi de utilizar as pesquisas em proveito da segurança nacional, como fica evidente no Ofício Circular n° 03/D/DSI/MEC, de 07 de agosto de 1980, no qual o diretor da DSI/MEC informava a todos os reitores das universidades que o governo está interessado

na ampliação de suas disponibilidades energéticas. Dessa forma, desejava saber se na UnB, como também em outras universidades, havia programas de pesquisa e desenvolvimento de fontes não convencionais de energia. A Assessoria respondeu enviando uma lista das pesquisas que eram empreendidas dentro da instituição (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_ROS\_0149).

Vale ressaltar que os governos militares não gostavam de se assumirem publicamente como “Ditaduras”. Desse modo, evitavam exercer as censuras mencionadas acima de forma direta já que não havia amparo legal que as legitimasse. Essa falta de respaldo jurídico decorre da tentativa dos governos ditatoriais em construir uma imagem de uma gestão plenamente democrática. Portanto, as ações da DSI/MEC eram limitadas pela falta de legalidade. Para contornar essa limitação, o MEC editava normativos sugestivos, indiretos e de forma sigilosa às reitorias (Motta, 2008; 2014).

Inclusive, esse “vácuo” jurídico permitiu manobras de resistência. Há casos interessantes de diretores e reitores que utilizaram justamente essa falta de legalidade como justificativa para barrar ou retardar as medidas impostas (Motta, 2008; 2014).

## CAPÍTULO 3

### O ocaso da ASI/UnB

A partir do Governo Ernesto Geisel, o aparato repressivo começou a se debilitar em razão do processo de abertura e distensão política. As assessorias universitárias, como parte do SNI, também entram em decadência e, em 1986, praticamente, já não existiam mais. Seu ocaso tem um marco em maio de 1979, quando a DSI/MEC enviou um ofício circular aos reitores das universidades federais declarando que “por ordem superior”, elas estavam extintas no âmbito das universidades. Esse processo, sem embargo, desdobra-se nos anos posteriores, de forma assimétrica e irregular e chegaria ao seu ápice no governo civil do presidente José Sarney, com a extinção definitiva das ASI pelo Decreto Federal nº 93.314, de 30 de setembro de 1986, que em seu Art. 1º assevera: “Ficam extintas as Assessorias de Segurança e Informações integrantes das estruturas organizacionais das Instituições de Ensino Superior, vinculadas ao Ministério da Educação” (Brasil, 1986).

Esse processo de extinção ocorreu sob forte pressão dos setores acadêmicos, que já denunciavam as arbitrariedades dentro das universidades desde 1974. Nesse contexto, as assessorias não encontravam mais “campo fértil” para suas atividades. Alguns reitores se mostravam vacilantes em apoiar suas atividades por pressão da comunidade acadêmica e, em outros casos, por medo de se associarem a um símbolo da repressão acadêmica. Além da falta de apoio institucional, o processo de abertura democrática criava uma conjuntura de enfrentamento ao regime cada vez mais acirrado com os movimentos estudantis e docentes mais audaciosos no questionamento e no enfrentamento do regime (Motta, 2014).

Portanto, apesar das assessorias universitárias continuarem ativas em alguns casos, a sua atuação ficou mais difícil. Dentro de um processo de democratização, essas velhas estruturas tinham dificuldades em agir da mesma forma como antes. Então, suas ações passaram a ser menos ostensivas e mais fracas. De acordo com Motta, durante a primeira metade dos anos de 1980, “Dentro ou fora das universidades, as ASI, continuaram funcionando [...], mas sua força e capacidade de coação já não eram as mesmas de outros tempos.” (Motta, 2011, p. 53).

Esse contexto de declínio das assessorias universitárias também se aplica à ASI/UnB. A análise documental empreendida por este trabalho mostra que a decadência desse setor começa por volta de 1980.<sup>36</sup> É nesse ano que se observa um vertiginoso declínio de sua atuação já que somente produziu 51 respostas a pedidos de busca e de informação durante todo o ano (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0034). A título de comparação, até setembro de 1978, a ASI havia emitido, até aquele momento, 105 respostas aos pedidos dos órgãos de informação (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0044, p. 21).

Nos anos seguintes, as atividades diminuiriam mais ainda. Em 1981 e 1982, a DSI envia alguns relatórios informando sobre a força do movimento estudantil e a ASI envia algumas fichas de “cadastro de candidato a viagens e cargos” (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0113; BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0059; e BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0074). A situação piora nos anos seguintes quando em 1983 e 1984 não existe nenhuma correspondência entre a Assessoria e a DSI/MEC. Em 1985, até julho, a ASI só havia respondido três pedidos de busca e deixou outros sem resposta (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0036). Como se pode observar, houve uma vertiginosa queda na atuação da Assessoria.

O seu declínio também pode ser observado em outros pormenores. No Ofício Circular nº 04/D/DSI/MEC de 03 de setembro de 1980 enviada a ASI, a Divisão notificava que as “Fichas de Qualificação Modelo 14” foram substituídas pelas fichas de “Cadastro de Candidatos a Viagem e Cargos” (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0109). Essa mudança representa um declínio da atuação da assessoria já que a nova ficha não mais constaria o item “Registros nos OIs”, espaço no documento no qual os órgãos de informação inseriam os registros positivos ou negativos que desabonassem a conduta do mencionado<sup>37</sup>. A mudança é significativa porque diminui a função de controle ideológico e político da ASI. Depois dessa mudança a partir de setembro de 1980, todas

---

<sup>36</sup> A análise partiu de um levantamento documental no acervo da ASI/UnB de 1980 a 1986. Foram levantados todos os documentos desse período ano a ano com uso das ferramentas de pesquisa do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). O foco recaiu sobre pedidos de busca, pedidos de informação, ofícios e memorandos da DSI e de outros órgãos de informação. O objetivo era identificar como a ASI reagia diante do contexto de abertura política e do desmonte das assessorias universitárias.

<sup>37</sup> Registros como prisão, participação em protestos, envolvimento com atividades subversivas e demais atividades políticas em posse dos OI's que serviam como informações para autorizar a contratação a viagem dos professores para o exterior.

as fichas passaram a ser preenchidas com o novo modelo (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0109).

O espaço físico da ASI também passava por mudanças sugerindo que estava sendo desativado. A análise documental mostra que, de julho a outubro de 1980, o patrimônio físico (mesas, persianas, ventiladores, cadeiras, máquinas de escrever, telefones e outros materiais) começou a ser transferido para outros órgãos da UnB como a Editora, a Reitoria ou simplesmente guardados no Serviço de Patrimônio. Miguel Joaquim Bezerra dá a sua justificativa: “A transferência dos referidos bens se dá, por não serem mais necessários ao uso da AAE.” (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0181, p. 4; BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0185)

Ainda no mesmo ano, no M. Circular 010/80, de 19 de setembro de 1980, a Assessoria de Planejamento e Controle (APC) pede que o chefe da ASI ceda Joaquim Bezerra para treinamento no setor com objetivo de elaborar o “Orçamento - Programa Interno/81” (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0063 (p. 1) e BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0058 (p. 2-3)). Podemos observar que seu único servidor era emprestado para outros departamentos, o que sugere que os serviços na ASI já eram pouquíssimos ou quase inexistentes. Já no Ofício nº 024/50/DSI/MEC de março de 1980, o MEC responde uma dúvida do reitor Azevedo sobre a ASI. O Ministério responde que as assessorias ainda tem vínculo hierárquico com as universidades, mas que há estudos que visam reestruturar o Sistema de Informação do MEC e a opção de transferir os funcionários das assessorias para as Delegacias do MEC, porém isso ainda estava em análise. (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0107). A dúvida do reitor e a resposta do MEC são muito interessantes pois evidenciam que a ASI/UnB passava, naquele momento, por um desmonte.

A queda, de fato, ocorreria nos anos de 1985 e 1986. Em 13 de março de 1985, a Reitoria, por meio do Ato da Reitoria nº 25/85, dispensava Francisco Pedro da chefia da “AAE”, o qual fora designado em 1974 pelo Ato da Reitoria nº 616/74 (UnB, 1985).<sup>38</sup>

---

<sup>38</sup> As informações foram obtidas a partir dos pedidos de acesso à informação nº 23546.047345/2025-21, de 10 de maio de 2025 e 23546.040671/2025-16, de 24 de abril de 2025, solicitados no portal Fala BR à UnB, os quais requisitavam a relação dos cargos exercidos por Francisco, até quando chefiou a ASI/UnB além de informações relativas à extinção da assessoria. A UnB informou que não existia ato específico de extinção e que Francisco exerceu o cargo de Procurador Federal junto à UnB (Assessoria Jurídica), tendo exercido a função de Chefe de Assessoria no período de 24/06/1974 a 13/03/1985. Anexou junto o Ato da

Ao que parece, a Assessoria passou mais ou menos um ano praticamente sem chefia e desativada<sup>39</sup> até que, em abril de 1986 (um ano após a dispensa de Francisco), o Conselho Diretor da FUB, ao discutir sobre uma nova reformulação administrativa, decidiu pela imediata “extinção das Assessorias de Planejamento e Controle e de Assuntos Especiais<sup>40</sup> [...]” (UnB, 1986, p.1). Ou seja, a UnB optou pelo aniquilamento da ASI/UnB antes mesmo do mencionado Decreto nº 93.314, de 30 de setembro de 1986 emitido pelo Presidente da República ordenando o fim dessas assessorias.

Contudo, após essa reunião, não se sabe exatamente a data na qual teve fim a ASI/UnB, mas podemos inferir que ela foi desativada por volta de abril de 1986, quando a reunião do CD-UnB decidiu por extingui-la. Mas, mesmo que, por alguma razão, ela não tenha sido extinta nesse exato momento, sabe-se que ela não mais poderia atuar oficialmente após setembro de 1986 já que, como já mencionado, o Executivo, por meio do Decreto nº 93.314, de 30 de setembro de 1986, extinguiu as assessorias universitárias ainda remanescentes, como é o caso da ASI/UnB.

É nesse mesmo ano também que a ASI/UnB começa a sofrer as primeiras “incursões” aos seus arquivos. Em agosto de 1986, a professora do Departamento de História Geralda Dias Aparecida (professora já falecida)<sup>41</sup> foi designada, por meio do Ato da Reitoria nº 324, de 14 de agosto de 1986, pelo reitor Cristovam Buarque para “[...] coordenar o levantamento de todos os casos de professores e funcionários da Fundação Universidade de Brasília punidos por razões políticas em toda a história da Universidade de Brasília” (Aparecida, 1991, p. 35). Segundo seu relatório, as atividades se iniciaram em agosto de 1986 e terminaram em abril de 1991. Além disso, informa que uma das

---

Reitoria Nº 0025/1985, que dispensava, a pedido, o Assessor Jurídico Francisco Pedro de Oliveira do cargo de Chefe da Assessoria de Assuntos Especiais, símbolo D-5, para o qual havia sido designado pelo Ato da Reitoria nº 616/74. Ver Brasil (2025).

<sup>39</sup> Apesar da ASI estar, nesse momento, sem chefia e provavelmente desativada, existe indício de que Francisco Pedro ainda respondia pela ASI mesmo que não oficialmente chefe dela quando a DSI, por alguma razão, demandava alguma tarefa. No documento “br\_dfanbsb\_aa1\_0\_ada\_0026 p. 6”, Francisco assina como “Assessor” em 1986 fazendo alusão ao seu cargo de “assessor de Assessoria de Segurança e Informação”. Talvez assinar o documento somente como “assessor” seja uma estratégia para mascarar seu verdadeiro cargo já que se identificar como chefe da ASI/UnB em um processo de Honestino Guimarães geraria um certo desconforto e chamaria a atenção de forças democráticas ávidas por justiça.

<sup>40</sup> Embora a assessoria tivesse oficialmente a designação de “Assessoria de Segurança e Informação, por vezes, podemos encontrar documentos administrativos internos da UnB (principalmente em relação a prestação de contas) com a antiga designação de “Assessoria de Assuntos Especiais”, como é nesse caso. Aparentemente, a assessoria não teve seus assentamentos atualizados no sistema da FUB.

<sup>41</sup> Ver Brilhante e Chaves Júnior (2021)

fontes mais importantes foram os documentos produzidos pela assessoria de segurança. Além disso, no mesmo período, ainda no ano de 1986, a mãe de Honestino Guimarães,<sup>42</sup> Maria Rosa Leite Honestino, solicitou a documentação sobre o filho disponível na UnB. A Reitoria então tomou as devidas providências para levantar os papéis referentes ao ex-aluno. O gabinete do reitor tomou a atitude em junho de 1986 e levantou a documentação com a ajuda dos ex-servidores da ASI/UnB, Francisco e Miguel Joaquim (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_ADA\_0026). Esses fatos deixam evidente que os arquivos da ASI/UnB já estavam sob intenso escrutínio das forças democráticas no ano de 1986.

Porém, a Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV), criada em 2012, no contexto do surgimento das comissões estaduais e setoriais de vários lugares do país influenciadas pelas investigações da Comissão Nacional da Verdade (CNV), depois de três anos de investigação, produziu um relatório de mais ou menos 350 páginas, no qual menciona um documento do Fundo ASI/UnB datado de 1987 e teceu as seguintes observações sobre este acervo documental:

“[...] uma coisa que, de certa forma, preocupa o pesquisador que sobre essa documentação se debruça é a chance de nela encontrar documentos datados não mais da época da ditadura propriamente dita, mas já do período de redemocratização. Tal foi o caso, por exemplo, de *um relatório de viagem de uma professora que fora empreender pesquisas na região andina e caribenha em 1987*. A interrogação que não cessa é: por que tal relatório estaria nessa documentação tão peculiar? *Será que os serviços de espionagem e repressão seguiram ativos na Universidade desde o fim do regime militar?*” (CATMV, 2025, p. 235-236).

O relatório citado acima é o documento “BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_EVE\_0004” do Fundo ASI/UnB. O relato é de uma pesquisadora da UnB convocada para uma expedição pelo Caribe que durou de fevereiro a novembro de 1987 com objetivos de capturar espécimes para análise biológica. Este documento, como informado pela CATMV, é datado de 1987, dois anos depois dos militares passarem o poder para um governo civil e quando foi instalada a Constituinte que elaboraria a Constituição Federal de 1988. Ou seja, período em que a abertura democrática já estava consolidada. Além disso, salienta-se também que o documento tem uma datação posterior à extinção

---

<sup>42</sup> Honestino Monteiro Guimarães foi aluno de Geologia da UnB. Ferrenho militante e crítico do Regime, Honestino entrou na clandestinidade em 1968 depois que foi perseguido, preso e torturado. Permaneceu nessa condição até 1973 quando foi preso pelas forças repressivas. Desde então, seu paradeiro é desconhecido. Após seu desaparecimento, sua mãe iniciou uma angustiante procura pelo seu filho.

definitiva da ASI/UnB. Vistos os fatos, argumenta-se que *se* os serviços de espionagem e repressão seguiram ainda atuantes durante esse período na Universidade, como perguntado pela CATMV, não foi por meio da ASI/UnB.

Em resumo, seria improvável que a ASI ainda se mantivesse ativa e operante a ponto de exercer suas funções de controle e espionagem em 1987, uma vez que o levantamento documental demonstra que a ASI, em consonância com o contexto da época, já passava por um processo de desativação que se iniciara em 1980 e teve fim entre 1985 e 1986 com a exoneração de seu chefe e da extinção deste setor, portanto, antes da data do “relatório”. Além disso, ressalta-se que nesse mesmo período, os papéis da Assessoria já sofriam com a incursão das forças democráticas ávidas para iniciar um processo de reparação. Em suma, esse tentáculo da repressão já estava a muito tempo “morto” quando o dito “relatório” foi produzido. Sendo assim, a sugestiva interrogação da CATMV de que os serviços de espionagem e repressão poderiam estar ativos na Universidade após o fim do regime militar, como já alhures sinalizado, não encontra respaldo nos fatos ao que diz respeito à ASI/UnB.

Quanto à pergunta do relatório da CATMV, “A interrogação que não cessa é: por que tal relatório estaria nessa documentação tão peculiar?”, buscaremos uma resposta considerando o seguinte:

- Nossa pesquisa identificou no Fundo/ASI/UnB outros documentos que também destoam do conteúdo da massa documental, datados de 1980 até 1986, e que, assim como o “relatório em questão”, não eram acompanhados com um pedido de busca ou com um pedido de informação que buscasse justificar as razões e a relevância que esses documentos têm para serem dignos de serem coletados e compartilhados com a comunidade de informações.

- O Relatório de 1987 e alguns outros documentos estão simplesmente “soltos” no arquivo sem a devida identificação e sem relação com um outro documento do MEC ou da ASI que pudesse lhes dar sentido e enviadas a DSI afim de informá-la de assuntos relevantes. Isso reforça ainda mais o caráter estranho dos papéis ao perfil da documentação do fundo em epígrafe.

Assim, com base nessas constatações, levanta-se a hipótese de que esses documentos, na realidade, não pertencem ao Fundo e lá foram depositados acidentalmente, talvez por eventual descuido na manipulação dos arquivos durante o período que a documentação fora custodiada pela UnB.<sup>43</sup> Desse modo, a pergunta da CATMV, talvez, possa ser esclarecida pela desatenção de algum dos servidores dessa instituição que poderiam ter misturado, acidentalmente, papéis de outras origens aos do arquivo em pauta.

Em suma, pode-se concluir que a ASI/UnB foi institucionalmente extinta no ano de 1986. Igualmente, previne-se pesquisadores que documentos com datas posteriores ao ano de extinção desta assessoria que se encontram no fundo em pauta, não necessariamente estariam correlacionados diretamente com a ASI/UnB.

---

<sup>43</sup> Atualmente o Fundo ASI está em custódia do Arquivo Nacional. Mas antes estava sob posse do Centro de Documentação da Universidade de Brasília (CEDOC/UnB), atual Arquivo Central, até 2008 quando o Arquivo Nacional, em obediência ao Decreto Federal nº 5.584 de 2005, começa a reunir os “arquivos da repressão” como parte de um processo mais amplo de justiça de transição. Os documentos chegaram às mãos do CEDOC em 1990 pela Procuradoria Jurídica da UnB, que guardava os papéis para a confecção de um relatório com o objetivo de iniciar os procedimentos judiciais de reintegração de professores, alunos e técnicos-administrativos excluídos do quadro da instituição em decorrência de perseguições políticas. Os arquivos foram encontrados em 1986 e utilizados pela professora Geralda Aparecida Dias, ex-aluna e perseguida política do regime para a confecção de um relatório para anistiar professores e servidores administrativos da instituição. Ela foi a primeira a se debruçar sobre esses papéis, que se localizavam no prédio da Reitoria, para a confecção do relatório mencionado acima. Para iniciar seus trabalhos, ela se deparou com uma documentação sem nenhum tipo de sistematização e organização como uma listagem ou um índice onomástico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa conclui que a ASI/UnB de fato foi um dos tentáculos da repressão no campus. Na Universidade de Brasília, ela atuou na coleta de informações, obtida algumas vezes por espionagem, no controle, na vigilância e na triagem de pessoal através de intervenções no quadro docente e discente da Universidade. Seus operadores também mantiveram estrita vigilância e censura sobre o movimento estudantil e sobre qualquer outra articulação política como apresentações culturais, reuniões estudantis, circulação de panfletos, palestras e passeatas. Tudo isso com o objetivo de promover um controle político e ideológico sobre a instituição

Mas essas ações não foram executadas somente pela ASI. Todo o complexo administrativo, nominalmente a Reitoria, cooperou com suas atividades, de forma institucional ou pessoal. Ou seja: a repressão institucional da Universidade foi materializada por uma rede interna de repressão que contava com a colaboração da ASI com os demais órgãos da FUB. De modo hierárquico, a ASI/UnB não tinha inflexão sobre a administração da universidade. Na verdade, sua atuação nas dependências universitárias estava subordinada à Reitoria. A Assessoria, portanto, somava-se a outras engrenagens que, juntas, materializavam a repressão.

Como se viu também, a ASI/UnB nasce a partir do quadro administrativo da FUB. E esta é a peculiaridade deste tentáculo da repressão como também de outras assessorias universitárias. Enquanto outros órgãos, como a Polícia Federal, mantêm suas bases fora da UnB, a ASI é parte da administração, ou seja, parte do organograma da UnB. Sendo assim, era mantida com seus recursos materiais e com seus servidores.

Todavia, além de fazer parte da administração da Universidade, a ASI era um tentáculo ativo e atuante de um “monstro” muito maior: um gigantesco aparato burocrático-estatal de segurança (repressão) e informação (espionagem) muito bem organizado com atuação em nível nacional e capaz de exercer uma presença e um controle muito forte na vida pessoal e política dos cidadãos. Sendo assim, a Assessoria foi de fato um órgão de informação a serviço do SNI e esteve envolvida de forma direta ou indireta com a repressão política.

A pesquisa também concluiu, depois de uma vasta investigação, que o questionamento da CATMV sobre a possibilidade de os serviços de informação atuarem na instituição até 1987 não encontra respaldo nas informações obtidas pelo levantamento

bibliográfico e documental no que diz respeito à atuação institucional da ASI/UnB, posto esta ter sido extinta em 1986 e, portanto, já não atuava oficialmente em 1987.

Com relação à finalidade dessa pesquisa, ela procurou delinear melhor como atuava esse pequeno tentáculo com fins a colaborar com o enriquecimento da literatura acadêmica relativa à repressão nas dependências da UnB. Mas o trabalho não termina aqui. Durante a investigação, novas perspectivas de pesquisa foram vislumbradas. Elas podem nos ajudar a construir um quadro mais completo da repressão e da espionagem que ocorria dentro da instituição, posto a espionagem, coleta de informação; enfim, as ações inerentes ao aparto do serviço de informação não foram exclusividade das ASIs.

Uma dessas novas perspectivas é o SPP. O levantamento bibliográfico não indicou nenhum trabalho acadêmico que pudesse aprofundar a análise sobre um órgão tão peculiar como esse<sup>44</sup>. Peculiar porque, como apontou este trabalho, o Serviço de Proteção ao Patrimônio atuou como um serviço de espionagem e também como uma espécie de “polícia” universitária. Visto isso, é necessária uma pesquisa que analise e compreenda com mais detalhes como funcionava esse serviço.

Essa análise é necessária já que as evidências documentais demonstram que, em razão do tamanho e das dimensões das atividades de espionagem, o SPP não foi um mero serviço desorganizado que atuava “aqui ou ali” de forma aleatória. Ao que parece, a estrutura de espionagem do órgão era muito bem organizada e sistemática. Logo, novas pesquisas sobre o tema são necessárias para se compreender sua atuação, sua organização e suas reais dimensões.

Essas novas pesquisas poderiam se debruçar sobre os arquivos do SPP que estão sob posse da Coordenadoria de Segurança ao Patrimônio (CoPP/UnB). A CoPP atualmente é o órgão responsável pela segurança patrimonial da UnB e é a sucessora do SPP. As informações obtidas a partir de diligências ao órgão sugerem que ali reside um fundo documental produzido pelo SPP que nunca foi analisado por um trabalho de pesquisa acadêmica. É provável que muitos papéis tenham sido destruídos, mas alguns documentos ainda existam. Partindo do princípio de que o SPP era, também, um serviço de espionagem e uma espécie de polícia universitária, é plausível a hipótese dessa massa

---

<sup>44</sup> Paulo Parucker (2015b) tem um trabalho cujo tema recai sobre a ASI/UnB e sobre o SPP. Porém, esse trabalho não toma o Serviço de Proteção ao Patrimônio como objeto principal de análise e nem se aprofunda sobre questões específicas referentes ao órgão como, por exemplo, a sua origem e sua decadência, como eram contratados os guardas, se esses recebiam algum treinamento do SNI, onde foi parar seu acervo documental, quem foi Sindulfo Chaves Filho etc.

documental ser de interesse para pesquisa acadêmica. Mas há um problema: não foi possível mensurar a dimensão e nem ao certo o seu conteúdo já que sua consulta é obstaculizada por uma legislação de proteção de dados.

A diligência feita por este autor também constatou que há ali fontes orais muito ricas sobre o período em tela neste trabalho e sobre o SPP. No CoPP ainda há guardas, servidores, da época que podem ter atuado como espiões ou mesmo dado suporte a eles. Durante a visita a essa instituição, por exemplo, o autor deste trabalho localizou um guarda que atua na UnB desde de 1977 e que, provavelmente conheceu a atuação do SPP de perto. Foi nessa visita também que se colheu rumores de guardas em específico que atuaram como espiões. A coleta dessas fontes orais guarda certa emergência já que boa parte desses servidores já estão idosos e boa parte já se aposentou ou está quase aposentando.

Diante de fontes tão ricas, seria preciso que a UnB, por meio do Arquivo Central, tomasse algumas iniciativas no sentido de garantir a conservação e a segurança dessas fontes, nominalmente as fontes documentais. Elas passaram mais de 30 anos esquecidas pela instituição e pelos pesquisadores no OCA II (onde funciona o CoPP) e agora podem ser utilizadas para se compreender melhor como atuou um dos principais órgãos ligado diretamente com a espionagem, a repressão e a censura dentro da instituição.

## REFERÊNCIAS

### Bibliografia

ANAFE - Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais. Nota de Pesar – Francisco Pedro de Oliveira. ANAFE. 2019. Disponível em: <https://anafe.org.br/nota-de-pesar-10/>. Acesso em: 25 out. 2024.

APARECIDA, Geralda Dias. Os olhos e os ouvidos da repressão na Universidade de Brasília. *Quadrilátero: Revista do Arquivo Público do Distrito Federal, Brasília*, v. 1, n. 1, p. 13-26, 1998.

\_\_\_\_\_. Universidade de Brasília. Relatório sobre o processo de Anistia dos professores e alguns funcionários da Universidade de Brasília. Brasília: 1991 (Arquivo Central da Universidade de Brasília-ACE/UnB, Documento não-descrito, pp. 37).<sup>45</sup>

BEZERRA, Miguel Joaquim. *A Cartilha: UnB - 50 anos com Brasília 1962-2012*. Brasília: Editado pelo autor, 2012. 431 p.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Busca de Pessoa. Sindulfo Chaves Filho. Disponível em <https://www.camara.leg.br/transparencia/recursos-humanos/funcionarios?search=&categoriaFuncional=Deputado&areaDeAtuacao=&situacao=Em%20exerc%C3%ADcio>. Acesso em 02 de dez. de 2024

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Documento nº 2002NL600708. Pagamento de auxílio funeral em virtude do falecimento do servidor aposentado Joselito Eduardo Sampaio, 11 jul. 2002. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/receitas-e-despesas/despesas/10056/2002NL600708/010001>. Acesso em: 3 nov. 2024.

BRASIL. Decreto nº 93.314, de 30 de setembro de 1986. Dispõe sobre a extinção das Assessorias de Segurança e Informações no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior vinculadas ao Ministério da Educação. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 1 out. 1986. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-93314-30-setembro-1986-443359-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 nov. 2025.

BRASIL. Portal da Transparência. Consulta de Servidores. Miguel Joaquim Bezerra. Disponível em <https://portaldatransparencia.gov.br/servidores/678917>. Acesso em 03 de jan. de 2025

BRILHANTE, Neuma; CHAVES JÚNIOR, José Inaldo. Nota de Pesar - Prof.<sup>a</sup> Geralda Dias Aparecida. HIS Departamento de História. 2021. Disponível em: <http://www.his.unb.br/noticias/90-nota-de-pesar-pelo-falecimento-da-professora-geralda-dias-aparecida>. Acesso em: 7 jul. 2024.

---

<sup>45</sup> Esse relatório não está em posse da ACE. Na realidade, ele faz parte do acervo pessoal da professora Geralda e está em processo de recolhimento por essa instituição em razão do valor simbólico que guarda já que dita professora foi uma das fundadoras da ACE. Quem encabeça o processo é a professora Ana Lúcia de Abreu Gomes, da Museologia. Ela que fez o favor de digitalizar e disponibilizar a documentação. Vale salientar que o documento tem cerca de 300 páginas, mas só foi disponibilizado 37 delas.

CATMV – Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade: Relatório. Brasília: FAC Livros, 2015. 363 p. Disponível em: <https://www.comissaoverdade.unb.br/relatorio>. Acesso em: 7 jul. 2024.

DIRETÓRIO BRASIL DE ARQUIVOS (DIBRARQ). Arquivo Nacional (Brasil). Coordenação Regional no Distrito Federal. DIBRARQ. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/arquivo-nacional-brasil-coordenacao-regional-no-distrito-federal>. Acesso em: 27 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. Fundo/Coleção AA1 - Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília. DIBRARQ. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/assessoria-de-seguranca-e-informacoes-da-universidade-de-brasilia>. Acesso em: 27 jul. 2024.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 295–316, 2013. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013295>. Acesso em: 24 jul. 2024.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001. 269 p.

\_\_\_\_\_. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. *In: ALMEIDA, Jorge (Org.); DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2007. 432 p, p. 167-206. (O Brasil Republicano).

FLORIANO, Raimundo. *Meu Concurso para a Casa do Povo*. Almanaque Raimundo Floriano. Brasília, 2016. Disponível em: [http://raimundofloriano.com.br/views/Comentar\\_Post/meu-concurso-para-a-casa-do-povo-ZIRer4hgKHgQxZIRHc3i](http://raimundofloriano.com.br/views/Comentar_Post/meu-concurso-para-a-casa-do-povo-ZIRer4hgKHgQxZIRHc3i). Acesso em: 2 dez. 2024.

Instituto Bem Viver. Pesquisa de óbitos. Joselito Eduardo Sampaio. Cadastro Nacional dos Falecidos - Brasil. [s.d]. Disponível em: <https://www.registrocivil.org.br/>. Acesso em: 25 out. 2024.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo. Os Acervos dos Órgãos Federais de Segurança e Informações do Regime Militar no Arquivo Nacional. *Acervo*, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 29–42, 2011. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/293>. Acesso em: 24 mar. 2024.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo; SOUSA, Tereza. *A escrita da repressão e da subversão: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. 340 p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi: As assessorias de segurança e informação das universidades. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, p. 30-67, jan-jun 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/zMNpct3W9cjyrNbQdVWbZTs/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

\_\_\_\_\_. As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, 429 p.

\_\_\_\_\_. Incômoda Memória: Os arquivos das ASI universitárias. *Acervo, [S. l.]*, v. 21, n. 2, p. 43–66, 2011. Disponível em: <https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/294>. Acesso em: 24 fev. 2024.

MÜLLER, Angélica, FAGUNDES, Pedro Ernesto, 2014. O trabalho das comissões da verdade universitárias: rastreando vestígios da repressão nos campi durante a ditadura militar. *Ciência e Cultura [em linha]*. 2014. vol. 66, no. 4, p. 44-47. Acesso em 23 julho 2024.

MULLER, Angélica. Violações de direitos humanos na universidade. *In: BRASIL. Relatório: Textos Temáticos. Brasília: CNV, v. 2, 2014. 416 p. cap. 6, p. 265-298. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade). Disponível em: <https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 30 set. 2024.*

OLIVEIRA, Francisco Pedro de (Org.). *Memórias Indeléveis*. Brasília: APOSFUB, 2016. 163 p.

PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. Notas sobre um passado logo ali: a UnB na teia de segurança e informações (1964-1985). *Academia Edu*. 2013. 28 p. Disponível em: [https://www.academia.edu/42835643/Notas\\_sobre\\_um\\_passado\\_logo\\_ali\\_a\\_UnB\\_na\\_teia\\_de\\_seguran%C3%A7a\\_e\\_informa%C3%A7%C3%B5es\\_1964\\_1985](https://www.academia.edu/42835643/Notas_sobre_um_passado_logo_ali_a_UnB_na_teia_de_seguran%C3%A7a_e_informa%C3%A7%C3%B5es_1964_1985). Acesso em: 11 set. 2024.

\_\_\_\_\_. A UnB na teia de segurança e informação. *In: MARI, Marcelo (Org.); RUFINONI, Priscila Rossinetti (Org.). Ditadura, modernização conservadora e universidade: debates sobre um projeto de país. Goiânia: Editora UFG, v. 1, 2015a. 356 p, p. 221-252. (Coleção Síntese). Disponível em: <https://aparecidospoliticos.com.br/pesquisas/>. Acesso em: 09 set. 2024.<sup>46</sup>*

\_\_\_\_\_. Veneno em dose dupla: ASI e SSP, espionagem, controle e repressão na UnB. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, n. XXVIII. 2015b. Anais eletrônicos [...] Florianópolis-SC, 2015b. 9 p. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/site/anaiscomplementares#P>. Acesso em: 14 mar. 2024.*

## Fontes documentais

---

<sup>46</sup> A versão original deste texto foi publicada em 2013 no seguinte link, que está hoje fora do ar: [www.asselegis.org.br/articles/unb-na-teia-de-seguranca-e-informacoes-1964-1985](http://www.asselegis.org.br/articles/unb-na-teia-de-seguranca-e-informacoes-1964-1985). Hoje se encontra disponibilizado pelo próprio autor no site Academy Edu. A versão publicada em 2015 no livro organizado por Rufinoni e Mari é uma versão modificada e adaptada.

ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL. Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal - COREG / Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN/AN). Fundo ASI/UnB.

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_ADA\_0007 – Transferência de líder estudantil para a UnB

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_ADA\_0026 - Dossiê sobre a vida acadêmica de Honestino Guimarães Monteiro

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_ADA\_0027 - Reivindicação pelo aumento de vagas na Faculdade de Ciências da Saúde

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0004 - Circulares MRT

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0017 - Processo para rescisão do contrato do prof. Clóvis Stenzel

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0018 - Designação, nomeação de chefia da Assessoria para Assuntos Especiais

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0019 - Designação da chefia da ASI

BR\_DFANBSB\_AA1.0.AGR.20 - Ofício FUB nº 130 - Renovação de requisição de funcionários da Câmara dos Deputados

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0021 - Memorandos expedidos relativos a Pessoal

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0023 - Representação do servidor Joselito Eduardo Sampaio à Câmara dos Deputados

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0024 - Memorandos expedidos relativos a orçamento e finanças

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0027 - Memorandos expedidos - Pessoal

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0034 - Dispensa e representação ao órgão de origem do servidor Pedro Delforge

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0038 - Solicitação de informação sobre o prof. Romildo Bueno Gonçalves

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0039 - Ofício - comunica designação do Chefe da ASI - Francisco Pedro de Oliveira

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0047 - Solicitação de encaminhamento de lista de servidores requisitados pela FUB

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0049 - Correspondência sobre o servidor Miguel Joaquim Bezerra

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0055 - Atualização cadastral funcionários - ASI

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0058 - Memorandos expedidos - Pessoal

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0063 - Autorização de treinamento ao servidor Miguel Joaquim Bezerra

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0067 - Carta do reitor da UnB ao senador Petrônio Portela

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0081 - Memorandos expedidos relativos a pedidos/solicitações/informes/agradecimentos

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0086 - Memorandos solicitando informações sobre alunos, professores e servidores

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0087 - Correspondências

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0099 - Memorandos expedidos relativos a pedidos e solicitações

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0100 - Pedido de bolsa - Eduardo de Almeida Neto e Barbara Hartz

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0105 - Extensão de cargos em Centros de Custo

BR\_DFANBSB\_AA1.0.AGR.106 - Memorando expedido - Pessoal

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0107 - Ofício - Pedidos, Solicitações e Informes

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0132 - Detalhes sobre a distribuição orçamentária do Instituto Central de Biologia (ICB)

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0137 - Proposta/previsão/remanejamento e prestação orçamentária - 1971 a 1973

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0138 - Manual de serviço do Subsistema Orçamentário

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0140 - Memos expedidos - Orçamento e Finanças

BR\_DFANBSB\_AA1.0.AGR.149 - Memo expedido - Orçamento e finanças.

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0155 - Correspondência do Depto. de Relações Internacionais

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0160 - Relatório de atividades da ApAE/71

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0163 - Relatório de atividades da ASI - 1º semestre de 1974

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0177 - Memorandos expedidos relativos a patrimônio

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0181 - Controle de bens móveis

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0185 - Memorando expedido relativo à patrimônio

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0203 - Processo nº 014307 - Prof. José Luiz Hesketh - vol. IV

BR\_DFANBSB\_AA1.0.AGR.210 - Ato da Reitoria nº 102/71 - Criação da Assessoria para Assuntos Especiais.

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AJD\_0003 - Ação Ordinária da NOVACAP contra a Eletro Mecânica Importadora de Goiás S/A

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AJD\_0015 - Documentos administrativos de funcionários lotados na Assessoria para Assuntos Especiais

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AJD\_0033 - Falso representante da UnB junto às embaixadas

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AJD\_0038 - Falso representante da UnB junto às embaixadas

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AJD\_0039 - Infringências na legislação das atividades estudantis na UnB - Relatório da Comissão de Inquérito - vol. II

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_ASR\_0002 - Relação cultural de países socialistas

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_CMD\_0028 - Controle de material de divulgação

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_CMD\_0031 - Boletins da Associação dos docentes da UnB - ADUnB

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_EVE\_0004

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0001 - Pedido de busca e informação de pessoa física - volume I

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0002 - Pedido de busca e informação de pessoa física - volume II

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0004 - Pedido de busca e informação - Jonathas de Barros Nunes e Ary

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0007 - Pedido de busca e informação - pessoa física

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0009 - Pedido de busca e informação - pessoa física

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0013 - Pedido de busca e informação

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0023 - Pedido de busca e informação - pessoa física (volume I)

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0024 - Pedido de busca e informação - pessoa física (volume II)

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0030 - Pedido de busca e informação - pessoa física (volume IV)

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0034 - Pedido de busca e informação - pessoa física (volume II)

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0036 - Pedido de busca e informação - pessoa física

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0042 - Concurso para provimento ao cargo de vigilante na UnB

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0044 - Pedido de busca e informação - pessoa física

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0045 - Informação sobre infiltração comunista na UnB

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0048 - Cadastro de candidatos a viagens e cargos

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0049 - Apuração das punições impostas aos servidores da FUB

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0057 - Pedido de busca e informação - atividade não acadêmica

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0059 - Informação sobre movimento estudantil

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0061 - Pedido de busca e informação - atividade acadêmica

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0062 - Pedido de busca e informação - atividade acadêmica

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0064 - Pedido de busca e informação - atividade acadêmica

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0068 - Pedido de busca e informação - atividade acadêmica (volume II)

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0069 - Pedido de busca e informação - atividade acadêmica (volume I)

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0071 - Pedido de busca e informação - atividade acadêmica (volume I)

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0072 - Informação sobre homenageados - formatura de Engenharia Agrônômica - 1977

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0074 - Pedido de busca e informação

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0078 - Livro não recomendado "História Militar do Brasil"

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0097 - Pedido de busca e informação - atividade acadêmica

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0101 - Pedido de busca e informação - afastamento do país

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0109 - Cadastro de candidatos a viagens e cargos

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0110 - Requerimento para afastamento do país - Prof. Hiroaki Ikemoto

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0113 - Afastamento do país - cadastro de candidatos

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_LGS\_0003 - Apostila da Imprensa Nacional sobre regulamento de assuntos sigilosos;

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_LGS\_0005 - Apostila para formação de Agentes de Informação;

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_LGS\_0006 - Apostila de estágio do Serviço Nacional de Informações - SNI.

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_LGS\_0026 - Solicita envio mensal de artigos publicados em jornal

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_LGS\_0031 - Encaminhamento do quadro demonstrativo de falhas observadas nos trabalhos das Assessorias em relação ao PSI/1973

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_LGS\_0032 - Informação/ Encaminhamento (Levantamentos de dados biográficos à DSI/MEC)

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_MPL\_0032 - Relação de alunos que participaram da greve na UnB

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_MPL\_0040 - Movimento estudantil - Protesto pela suspensão de atendimento no Restaurante Universitário e aumento de preços

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_MPL\_0060 - Constituição do grupo Novo Rumo

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_MPL\_0063 - Criação e atuação da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília - ADUnB

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_MPL\_0065 - Proposta de novo estatuto da ASFUB

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_MPL\_0132 - Movimento estudantil - 1984 - Pichação da Reitoria

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_ROS\_0005 - Solicitação de informações sobre estudantes

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_ROS\_0058 - Solicitação informação aluno - carta precatória

BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_ROS\_0149 - Informação sobre pesquisas de novas fontes de energia

ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL. Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal - COREG / Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN/AN).

BR\_DFANBSB\_N8\_0\_PRO\_PAI\_0626 - Fundo do Conselho de Segurança Nacional – Sem título

BR\_DFANBSB\_TS\_ASI\_PFI\_0849 - Fundo da ASI/SUDECO - ?  
BR\_DFANBSB\_N8\_0\_BNT\_0080 - - Fundo do Conselho de Segurança Nacional – Boletins

BR\_DFANBSB\_N8\_0\_BNT\_0029 - Fundo do Conselho de Segurança Nacional – Boletins

BR\_DFANBSB\_N8\_0\_BNT\_0082 - Fundo do Conselho de Segurança Nacional – Boletins

BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_76097899 – Fundo Serviço Nacional de Informações - ?

BR\_RJANRIO\_HF\_0\_PTR\_023232 – Fundo Divisão de Informações da Petróleo Brasileiro sociedade anônima – Ronaldo Cardoso Lemos

BR\_RJANRIO\_HF\_0\_PTR\_025651 – Fundo Divisão de Informações da Petróleo Brasileiro sociedade anônima – Velocino Lourenço Tounietto

BR\_RJANRIO\_HF\_0\_PTR\_030695 – Fundo Divisão de Informações da Petróleo Brasileiro sociedade anônima – Carlos Eduardo Pires de Sá

CARTA aberta dos moradores do alojamento universitário da Universidade de Brasília às autoridades competentes e opinião pública em geral. Carta, 16 de setembro de 1974. 1974 (Arquivo Central da Universidade de Brasília – ACE-UNB, Caixa ED10 P7 485 C2, Seção Prometeu, código 39 2.1.5 pp. 3). Consultado em: 03 mar. 2025.

UnB - Universidade de Brasília. Gabinete do Reitor. Ata da centésima-sétima reunião ordinária do conselho diretor da FUB de 25 de março de 1971. Resolve criar a Assessoria para Assuntos Especiais e demais assuntos. Brasília: 1971 (Arquivo Central da Universidade de Brasília-ACE/UnB, Documento não-descrito, pp. 12).

UnB - Universidade de Brasília. Gabinete do Reitor. Ata da ducentésima nonagésima quinta reunião do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília, realizada no dia 10 de abril de 1986. Resolve Extinguir a Assessoria de Assuntos Especiais e outros assuntos. Brasília: 1986 (Arquivo Central da Universidade de Brasília-ACE/UnB, Documento não-descrito, pp. 5).

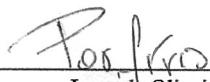
UnB - Universidade de Brasília. Gabinete do Reitor. Ato da Reitoria nº 25/85 de 13 de março de 1985. Dispensa, a pedido, o Assessor Jurídico, Francisco Pedro de Oliveira Brasília: 1985 (Arquivo Central da Universidade de Brasília-ACE/UnB, Documento não-descrito, pp. 30).

UnB - Universidade de Brasília. Gabinete do Reitor. Octogésima-quarta reunião do conselho diretor da Fundação Universidade de Brasília, realizada no dia 7 de agosto de 1969. Criação do Serviço de Proteção ao Patrimônio, nomeação de Sindulfo Chaves Filho entre outros assuntos. Brasília: 1969 (Arquivo Central da Universidade de Brasília-ACE/UnB, Documento não-descrito, pp. 2).

## DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Levy de Oliveira Porfírio, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “Tentáculos da repressão no campus: a atuação da ASI/UnB” foi integralmente por mim redigido, e que assinali devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 28 de novembro de 2025



---

Levy de Oliveira Porfírio